



DAIANE SENA DA SILVA

**MAIORIDADE DOS ACOLHIDOS DA INSTITUIÇÃO ADÉLIA FRANCISCA
SANTANA: Contribuição do Serviço Social em relação ao preparo para
enfrentamento de novos desafios fora da instituição.**

Ji-Paraná-Ro
2019

DAIANE SENA DA SILVA

**MAIORIDADE DOS ACOLHIDOS DA INSTITUIÇÃO ADÉLIA FRANCISCA
SANTANA: Contribuição do Serviço Social em relação ao preparo para
enfrentamento de novos desafios fora da instituição.**

Monografia apresentada à Banca Examinadora do Centro Universitário São Lucas/ Ji-Paraná, como requisito de aprovação para obtenção do Título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof^a. M^a. Rafaela Maia Gomes.

Ji-Paraná-Ro
2019

S586m

Silva, Daiane Sena da

Maioridade dos acolhidos da instituição Adélia Francisca Santana: contribuição do Serviço Social em relação ao preparo para enfrentamento de novos desafios fora da instituição / Daiane Sena da Silva. Ji-Paraná: Centro Universitário São Lucas, 2019.

63 p. il.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Centro Universitário São Lucas, Curso de Serviço Social, Ji-Paraná, 2019.

Orientadora: Prof^a. Ms. Rafaela Maia Gomes

1. Desistitucionalização. 2. Maioridade. 3. Políticas públicas. 4. Serviço Social. I. Gomes, Rafaela Maia. II. Maioridade dos acolhidos da instituição Adélia Francisca Santana: contribuição do Serviço Social em relação ao preparo para enfrentamento de novos desafios fora da instituição. III. Centro Universitário São Lucas.

CDU 364.048.6

DAIANE SENA DA SILVA

**MAIORIDADE DOS ACOLHIDOS DA INSTITUIÇÃO ADÉLIA FRANCISCA
SANTANA: Contribuição do Serviço Social em relação ao preparo para
enfrentamento de novos desafios fora da instituição.**

Monografia apresentada à Banca Examinadora do
Centro Universitário São Lucas/ Ji-Paraná, como
requisito de aprovação para obtenção do Título de
Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof^a. M^a. Rafaela Maia Gomes.

Ji – Paraná, 25 de junho de 2019.

Avaliação e Nota:

BANCA EXAMINADORA

Orientadora Prof^a. M^a. Rafaela Maia Gomes. Centro Universitário São Lucas/ Ji-Paraná

Prof^a. M^a. Dulce Teresinha Heineck Centro Universitário São Lucas/ Ji-Paraná

Assistente Social Valentina Roberta Ferreira Instituição de Acolhimento Adélia
Francisca Santana

“Teu dever é lutar pelo Direito, mas se um dia encontrares o Direito em conflito com a Justiça, luta pela Justiça”.

Eduardo Juan Couture.

Dedico esta conquista à minha mãe Maria
Dédina Cruz Sena in memória.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por me permitir estar vivendo esse momento e por me fortalecer dia após dia para a conquista deste sonho.

Agradeço a minha família que tem sido a minha base, primeiramente a minha mãe e meu pai que não estão mais entre nós, mas que deixaram grandes ensinamentos que levarei ao longo da minha vida pessoal e profissional, minha filha Emilie Sena motivo da minha inspiração por um mundo mais justo e melhor e ao meu esposo José Ricardo que é meu suporte e minha força, aos meus irmãos Alciene, Danilo e Daniele que tanto me incentivam a buscar os meus sonhos de estudo. Aos demais familiares pelas atitudes e pelas orações por mim.

Gostaria de fazer agradecimento especial para minhas mestras, professora e orientadora Rafaela Maia Gomes pelo empenho e dedicação neste período, professora e mestra Dulce Teresinha Heineck, a qual não teria palavras suficientes para expressar minha gratidão, pois além de todo auxílio é responsável por eu não ter desistido no meio do caminho e me fez acreditar que seria capaz de finalizar esse trabalho. À professora mestra Dalva Felipe por compartilhar todo seu conhecimento ao longo desse período de academia, gostaria de dizer a todas que são minha inspiração profissional.

A todos os meus amigos e amigas pela compreensão das ausências e afastamento temporário em especial a Jessica Ferreira e Vanessa Lopes que estiveram ao meu lado em todos os momentos da faculdade, agradeço cada palavra cada abraço e a todos os poemas e poesias que recitaram ao longo desse período, obrigada meninas pela paciência que tiveram comigo. A todos os colegas que fizeram parte da minha caminhada diária os quais não esquecerei jamais e levarei com carinho no coração.

Agradeço ainda a equipe da Instituição Adélia Francisca Santana por ter me acolhido no período de estágio e ter me enriquecido com o conhecimento prático profissional e não poderia deixar de citar as profissionais Assistentes Sociais Valentina Roberta e Psicóloga Ana Alice pela paciência e por compartilhar o conhecimento no meu período de estágio em Serviço Social.

SUMÁRIO

2. METODOLOGIA.....	14
2.1 CONCEITO.....	14
2.2 MÉTODO DE PROCEDIMENTO ESTUDO DE CASO	15
2.3 TÉCNICAS DE COLETA DE DADOS	16
2.3.1 observação	17
2.3.2 Entrevista	19
2.3.3 Visita Domiciliar.....	22
2.4 PESQUISA BIBLIOGRÁFICA.....	25
2.5 MÉTODO DE ANÁLISE	26
3. INSTITUIÇÕES DE ACOLHIMENTO ÀS CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO PROCESSO HISTÓRICO	28
3.1. HISTÓRIA DA INFÂNCIA	28
3.2 A ASSISTÊNCIA À INFÂNCIA COMO DIREITO	30
3.3 A TRANSIÇÃO DA ADOLESCÊNCIA PARA A JUVENTUDE UMA FASE DE INCERTEZAS.....	36
4. RELATO DA PRÁTICA DE ESTÁGIO NA INSTITUIÇÃO DE ACOLHIMENTO ADÉLIA FRANCISCA SANTANA.....	40
4.1 CONTEXTO HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO.....	40
4.2 A OBSERVAÇÃO COMO TÉCNICA DE CONHECIMENTO	41
4.3 INTERVENÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL COMO PRÁTICA DE ESTÁGIO	43
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	59
6.REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS	61

LISTA DE SIGLAS

CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
CNSS	Conselho Nacional do Serviço Social
CONANDA	Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
CONJUVE	Conselho Nacional da Juventude
DNCR	Departamento Nacional da Criança
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
FEBEM	Fundação Estadual de Bem-Estar do Menor
FUNABEM	Fundação Nacional do Bem-Estar do menor
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LBA	Legislação Brasileira de Assistência
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
MEC	Ministério da Educação
OMS	Organização Mundial de Saúde
PIA	Plano Individual de Atendimento
PNPE	Programa Nacional de Estimulo ao Primeiro Emprego
ProJovem	Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação,Qualificação e Ação Comunitária
SAIN	Secretaria da Assistência Institucional
SAM	Serviço de Assistência aos Menores
SEMAS	Secretaria Municipal de Assistência Social
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SENAT	Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte
SNJ	Sistema Nacional de Juventude

RESUMO

O presente trabalho apresenta o resultado da pesquisa de campo e bibliográfica em relação a problemáticas a cerca do processo de desinstitucionalização dos adolescentes devido a estes alcançarem a maioridade. Através de um pequeno apanhado histórico descreveremos de que maneira se deu a conquista dos direitos das crianças e adolescentes na sociedade. Discute ainda como ocorria a institucionalização de crianças e adolescente e mostra o que determina a Lei atual a respeito das instituições de acolhimento na atualidade para que as crianças tenham seus direitos validados e sejam protegidas. Na sequência descreve e analisa o perfil dos adolescentes acolhidos na instituição Adélia Francisca do município de Ji-Paraná/RO demonstrando a relevância do estágio de observação em Serviço Social para fins de diagnóstico da realidade. Na parte final descrevem-se as ações interventivas desenvolvidas com as crianças e adolescentes da instituição e relata mais especificamente ações de estágio em Serviço Social voltadas para o preparo dos adolescentes que estão próximos a alcançar a maioridade e deixar a instituição de acolhimento. Nessa parte infere-se também a prática do serviço Social na instituição articulada ao projeto ético político como resistência às políticas neoliberais e luta em função da ampliação de políticas publicas de apoio ao preparo para a cidadania e mercado de trabalho.

Palavras chave: desinstitucionalização, maioridade, políticas públicas, serviço social.

ABSTRACT

The present study presents the results of the field and bibliographical research in relation to the problematics about the process of deinstitutionalization of the adolescents because they reach the age of majority. Through a brief historical survey he describes how the conquest of the rights of children and adolescents in society was achieved. It also discusses how the institutionalization of children and adolescents occurred and shows what determines the current law regarding today's welcoming institutions so that children have their rights validated and to be protected. In the sequence describes and analyzes the profile of the adolescents hosted at the Adélia Francisca institution in the city of Ji-Paraná / RO demonstrating the relevance of the observation stage in Social Work for purposes of diagnosis of reality. In the final section he describes the intervention actions developed with the institution's children and adolescents, and more specifically reports on traineeships in Social Work aimed at the preparation of adolescents who are close to reaching the age of majority and leave the host institution. In this part it is also inferred the practice of the Social service in the institution articulated to the political ethical project as resistance to neoliberal policies and struggle in the function of the amplification of public policies in support of the preparation for citizenship and labor market.

Key Words: desinstitutionalization, majority, public policies, social service.

1. INTRODUÇÃO

Ao longo da história as crianças e adolescentes foram vítima de desrespeito e maus tratos tanto por parte de familiares quanto da sociedade e governo. Com as lutas dos movimentos sociais por direitos ao longo dos séculos algumas leis foram surgindo e levando a novas reflexões quanto aos cuidados e proteção das crianças e adolescentes.

As leis até a década de 70 eram bastante vaga no que se refere à proteção de crianças e adolescentes, mas a sociedade civil organizada pelas lutas constantes e proposições de profissionais de diversas áreas do conhecimento em relação aos direitos em geral e não obstante os direitos das crianças e adolescentes culminou em 1988 com a aprovação da Constituição Federativa do Brasil. A Constituição de 1988, apresenta significativos avanços no que se refere aos direitos da infância.

Nessa mesma linha em 1990 foi aprovado o Estatuto da Criança e do adolescente que permitiu que os diversos órgãos, instituições e famílias melhor compreendessem como deveriam ser tratadas as crianças e adolescentes. Essa Lei inclusive traça as punições àqueles que descumprirem com o legislado.

O Trabalho de Conclusão de Curso – TCC apresenta na primeira parte as considerações quanto à metodologia empregada na busca de dados e na análise dos resultados visando chegar ao conhecimento científico.

Na sequência das discussões faz um rápido apanhado histórico a cerca da infância bem como a respeito das instituições de acolhimento à criança e ao adolescente no Brasil ao longo de algumas décadas. Apresenta ainda nessa parte avanços e retrocessos quanto às leis de proteção à infância e mostra como algumas instituições criadas com a intenção de proteger e tirar as crianças da marginalidade na verdade foram depositórios de adolescentes que sofreram os mais cruéis abusos e violências até se tornarem extintas.

No capítulo seguinte faz um breve levantamento histórico da instituição de acolhimento Adélia Francisca do município de Ji-Paraná/RO e descreve o estágio de observação em Serviço Social na instituição demonstrando o perfil das crianças. Observa-se na pesquisa que há um perfil variado de idade e de motivos que levaram as crianças ao afastamento do convívio familiar e acolhimento pela instituição.

Na continuidade das discussões apresentam-se as ações realizadas no estágio de intervenção em Serviço Social com o objetivo de auxiliar na preparação dos adolescentes para o processo de deixada da instituição e analisa-se também a relevância da prática do Serviço Social em conjunto com os demais profissionais para a garantia dos direitos das crianças e adolescentes na instituição e fora dela.

Demonstra-se a partir dos estudos e análises que é preciso e urgente que o poder público continue assumindo seu papel de proteção à infância para que esta não se torne mais uma vez alvo de exploração.

Um importante instrumento utilizado na instituição Adélia Francisca Santana é a cartilha de Orientações Técnicas para os Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes Conanda/CNAS (2008). A cartilha alerta às instituições e direciona quanto aos cuidados dentro das instituições de acolhimento e como trabalhar com o desligamento e preparo profissional dos adolescentes para a desinstitucionalização. Finaliza-se o trabalho demonstrando o quanto é primordial o trabalho do Serviço Social na instituição e chama a atenção para a continuidade de ações de fortalecimento de parcerias para a validação de direitos das crianças e adolescentes inclusive cobrando do Estado que cumpra seu papel perante as políticas públicas de educação e proteção à infância.

1. METODOLOGIA

2.1 CONCEITO

Para a compreensão da metodologia é preciso entender que em um processo de pesquisa se constitui em etapa inicial e ao mesmo tempo acompanha o pesquisador por toda a caminhada investigativa. Alguns autores partiram da etimologia da palavra e nesse sentido o autor Gil (2009, p.12) apud Fonseca (2002) destaca que,

metodos significa organização, e logos, estudo sistemático, pesquisa, investigação; ou seja, metodologia é o estudo da organização, dos caminhos a serem percorridos, para se realizar uma pesquisa ou um estudo, ou para se fazer ciência. Etimologicamente, significa o estudo dos caminhos, dos instrumentos utilizados para fazer uma pesquisa científica.

Portanto a metodologia se define por um conjunto de ferramentas que são utilizadas em uma pesquisa para chegar a seu objetivo, é onde se define o conjunto de regras que serão usadas durante o processo de investigação direcionando o pesquisador nas buscas teóricas e práticas para chegar ao conhecimento científico.

Nesse sentido é importante salientar que há diferenças entre metodologia e métodos que apesar de serem termos que andam sempre juntos se distinguem, o autor Gil (2009, p.13) destaca que “a metodologia se interessa pela validade do caminho escolhido para se chegar ao fim proposto pela pesquisa; portanto, não deve ser confundida com o conteúdo (teoria) nem com os procedimentos (métodos e técnicas)”. Lakatos (2003, p.83) define,

o método é o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo - conhecimentos válidos e verdadeiros -, traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista. Ou seja, um caminho que o autor utiliza para concretizar sua pesquisa com segurança.

Nesse sentido podemos observar que a metodologia é o conjunto de métodos de procedimentos com as devidas técnicas e instrumentos e também método de

análises essenciais para a busca de conhecimentos científicos. Segundo Gil (2008, p.28) se refere que as pesquisas descritivas,

[...] têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis (...). Algumas pesquisas descritivas vão além da simples identificação da existência de relações entre variáveis, pretendendo determinar a natureza dessa relação (...) e são juntamente com as exploratórias, as que habitualmente realizam os pesquisadores sociais preocupados com a atuação prática.

A metodologia é uma forma de planejamento e organização em relação ao objeto de pesquisa em investigação com a finalidade do pesquisador não se perder no processo e nem perder tempo se utilizando de métodos e técnicas não adequados a esse tema. Neste caso o foco da busca por conhecimentos se pautou na preparação dos adolescentes acolhidos na instituição Adélia Francisca Santana para a desinstitucionalização com a chegada da maioridade.

2.2 MÉTODO DE PROCEDIMENTO ESTUDO DE CASO

O estudo de caso é uma abordagem metodológica que faz análise crítica, detalhada, individual ou grupal de um caso específico ou de vários casos a respeito de um mesmo problema. Este tem como objetivo responder questionamentos, identificar o problema, analisar o que foi coletado e por fim avaliar a situação e propor soluções. Nesse sentido, Yin (2005, p.20), ressalta que,

Como estratégia de pesquisa, utiliza-se o estudo de caso em muitas situações, para contribuir com o conhecimento que temos dos fenômenos individuais, organizações, sociais, políticos e de grupo, além de outros fenômenos relacionados (...) permite uma investigação para se preservar as características holísticas e significativas dos conhecimentos da vida real [...].

Conforme, Gil (2008, p. 57) o estudo de caso é “caracterizado pelo estudo profundo de um ou de poucos objetos, de maneira a permitir o seu conhecimento amplo e detalhado, tarefa praticamente impossível mediante os outros tipos de delineamentos considerados”. O estudo do caso dos adolescentes

institucionalizados é de extrema relevância para auxiliar a estes no preparo para enfrentarem a vida fora da instituição. Nesse aspecto,

um estudo de caso pode ser caracterizado como um estudo de uma entidade bem definida como um programa, uma instituição, um sistema educativo, uma pessoa, ou uma unidade social. Visa conhecer em profundidade o como e o porquê de uma determinada situação que se supõe ser única em muitos aspectos, procurando descobrir o que há nela de mais essencial e característico. O pesquisador não pretende intervir sobre o objeto a ser estudado, mas revelá-lo tal como ele o percebe. (GIL, 2008, p. 54).

Portanto o estudo de caso contribui para compreendermos melhor um determinado objeto ou problema, neste o objeto de estudo envolve o preparo dos adolescentes para o processo de desinstitucionalização visto que estes foram acolhidos por longos anos pela instituição a partir das mais diversas situações enfrentadas por cada um em particular. Compreender a história de cada um facilita planejar as ações que auxiliem a estes enfrentarem a vida fora da instituição. Yin (2005, p. 32) descreve que o estudo de caso,

é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro do seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos e no qual são utilizadas várias fontes de evidência.

Estudar o caso dos adolescentes acolhidos na instituição Adélia Francisca Santana é possibilitar um maior conhecimento das singularidades de cada um para poder auxiliar tanto de forma particular quanto ao grupo sentir-se mais seguro para enfrentar uma nova jornada no momento que deixam a instituição. O processo de desinstitucionalização é complexo, pois para muitos, este foi o lar que habitaram praticamente a infância toda então significa deixar a casa, bem como os laços afetivos e encontrar uma nova alternativa de sobrevivência.

2.3 TÉCNICAS DE COLETA DE DADOS

Para um excelente estudo de caso é preciso fazer a escolha de técnicas e instrumentos adequados à coleta das informações a cerca do objeto. Essas técnicas servirão de subsidio para obter informações mais precisas a respeito do tema em

estudo. Os instrumentos surgem a partir da escolha e das exigências das técnicas, pois estes são para a coleta dos dados.

As técnicas tais como observação, entrevista, pesquisa bibliográfica e documental, são essenciais em um estudo de caso, pois sem elas é praticamente impossível um estudante alcançar os objetivos propostos no delineamento da pesquisa.

2.3.1 observação

A observação é uma técnica essencial para os estudantes e ela deve estar presente desde o levantamento das hipóteses até a finalização da tabulação de dados e análises dos resultados, pois esta auxilia na melhor compreensão do problema e também na busca por novas fundamentações a respeito da questão em estudo. Observar significa obter informações utilizando-se de todos os sentidos e assim poder captar aspectos do cotidiano não perceptíveis por outros meios. Nesse sentido Gil (2008, p.32) salienta que,

a observação apresenta como principal vantagem, em relação a outras técnicas, a de que os fatos são percebidos diretamente, sem qualquer intermediação. Desse modo, a subjetividade, que permeia todo o processo de investigação social, tende a ser reduzida.

Para o autor a observação é uma das técnicas mais vantajosas e indispensáveis para a investigação e coleta de dados, pois pode perceber os fatos de forma direta e sem interferências ou subjetividades, levando em consideração tudo que está ao seu redor, fatos que normalmente não são ditos, mas são percebidos pelo olhar atento do pesquisador ou profissional que observa. Para Barros & Lehfeld (1986, p.80),

observar é aplicar atentamente os sentidos a um objeto para de ele adquirir um conhecimento claro e preciso. A observação é de essencial na ciência, pois é através dela que se inicia todo o procedimento científico no estudo dos problemas. Portanto deve ser exata, completa, sucessiva e metódica.

Em relação aos adolescentes acolhidos pela instituição campo de estágio a observação se direcionou para os seguintes aspectos: os desafios enfrentados na preparação dos adolescentes para o desligamento institucional bem como a preparação pessoal, processo de transição da adolescência para a juventude e a inserção na vida social e comunitária com o objetivo de melhor decifrar a realidade por eles vivida individualmente e também na instituição e assim poder planejar e executar ações que os auxiliasse no momento de deixar a instituição por atingir a idade considerada limite para ficar na mesma.

A observação é especificamente ter um olhar clínico sobre o objeto de análise para poder extrair o máximo de informações possíveis e para poder melhor sistematizar as informações visando a compreensão dos fatos.

É importante destacar que existem várias formas de observação, Gil (2008) as descreve como observação simples, observação participante e observação sistemática, onde cabe ao profissional escolher mediante a necessidade apresentada qual a melhor a ser utilizada. Em se tratando do estudo aqui exposto optou-se pela observação não participante. As autoras Marconi & Lakatos (2010, p. 176) relatam que,

na observação não participante, o pesquisador toma contato com a comunidade, grupo ou realidade estudada, mas sem integrar-se a ela: permanece de fora. Presencia o fato, mas não participa dele; não se deixa envolver pelas situações, faz mais o papel de espectador. Isso, porém, não quer dizer que a observação não seja consciente, dirigida, ordenada para um fim determinado. O procedimento tem caráter sistemático.

Portanto as autoras esclarecem que o processo de observação exige que o observador tenha atenção nos detalhes do que está sendo observado, pois, os indivíduos que vivenciam a realidade em estudo precisam aguçar os sentidos para atingir os objetivos de forma que não prejudique a veracidade dos fatos.

Na área do Serviço Social, a observação é também um instrumental técnico operativo em seu processo de trabalho e por isso se torna fundamental que este a domine por completo entendendo que muito auxiliará tanto nos contatos institucionais, com a comunidade, quanto no momento das visitas domiciliares. Os profissionais

que utilizam da observação como ferramenta de trabalho não devem estar desatentos, a observação deve captar o dito e o não dito, isto é ficar atento aos gestos, olhares e a tudo o que se passa no entorno do fato em estudo.

Quando se trata da observação, podemos dizer que é um dos instrumentos mais utilizados na instituição Adélia Francisca, pois se trata de crianças e adolescentes, devendo, portanto, estar sempre atento inclusive em relação as contradições institucionais para não se deixar levar por juízo de valor ou preconceitos muitas vezes repassados por terceiros.

Pela observação no período de estágio em Serviço Social foi possível captar anseios, sonhos e inseguranças dos adolescentes a respeito dos que lhes espera ao deixar a instituição Adélia Francisca de Santana.

As visitas, as entrevistas foram permeadas de observação para melhor compreender o cotidiano dos adolescentes, bem como o papel a instituição no processo de preparação do adolescente para a vida fora da instituição sem desrespeitar suas singularidades e zelar pela garantia de direitos da criança e adolescente.

2.3.2 Entrevista

Para a realização de uma entrevista é necessário traçar os objetivos gerais que norteiam todo processo de coleta de dados. A finalidade seria a de obter o máximo de informações dos fatos concretos, de forma sistemática, isto é, com o roteiro preestabelecido. A entrevista com roteiro bem elaborado facilita o trato adequado das informações.

A entrevista deve ser feita por duas pessoas ou mais, sendo preferível entre o mínimo de pessoas, para ter mais detalhes dos dados que se deseja ser coletado do que se fosse feita em grupo com menos privacidade. Para Cervo & Bervian, (1996, p. 136) “a entrevista não é simples conversa. É conversa orientada para um objetivo definido: recolher, através do interrogatório do informante, dados para a pesquisa”.

Entrevistar requer um grande preparo teórico e também ético para não correr o risco de tomar o tempo da pessoa e ainda não atingir o objetivo que se propôs e no caso de crianças e adolescentes a entrevista deve ser bem informal e com o máximo cuidado para não criar ainda mais problemas para estes. As autoras Marconi & Lakatos, (2010, p. 178) salientam,

a entrevista é um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional. É um procedimento utilizado na investigação social, para a coleta de dados ou para ajudar no diagnóstico ou no tratamento de um problema social.

A entrevista com os adolescentes da instituição Adélia Francisca de Santana, campo de estágio em Serviço Social, ocorreu durante o estágio II mediante conversas informais em grupo e individual com os adolescentes que estão em uma fase mais avançada da inserção no mercado de trabalho, todas as entrevistas tiveram a presença da assistente social e psicóloga da instituição e as perguntas foram previamente discutidas entre a equipe, para ter um direcionamento voltado a cada um de forma específica, porém não elaborado perguntas escritas, pois para atingir o objetivo desejado a equipe opta por uma conversa onde os adolescentes não se sintam investigado ou acuado, trazendo assim uma impressão de conversa informal somente, após a entrevista a equipe discute todas as falas fazendo uma análise técnica das informações obtidas.

Para que fosse possível captar informações importantes para melhor auxiliar os adolescentes tivemos que utilizar de bastante flexibilidade tanto em relação aos horários, quanto em relação às formas de diálogo. Nesse sentido Gil (2002, p. 117) descreve que,

entre todas as técnicas de interrogação, a entrevista é a que apresenta maior flexibilidade. Tanto é que pode assumir as mais diversas formas. Pode caracterizar-se como informal, quando se distingue da simples conversação apenas por ter como objetivo básico a coleta de dados. Pode ser focalizada quando, embora livre, enfoca tema bem específico, cabendo ao entrevistador esforçar-se para que o entrevistado retorne ao assunto após alguma digressão.

O autor ainda salienta algumas peculiaridades que devem ser observadas é a forma que o entrevistador deve conduzir cada caso como, por exemplo, quando o entrevistado não for alfabetizado, para o autor devem-se aplicar algumas técnicas diferenciadas, Gil (2002, p. 115) argumenta que,

Já a entrevista é aplicável a um número maior de pessoas inclusive as que não sabem ler ou escrever. Também, em abono a entrevista, convém lembrar que ela possibilita o auxílio ao entrevistado com dificuldade para responder, bem como análise do seu comportamento não verbal.

Para o autor nos casos em que a pessoa entrevistada no momento da entrevista não for alfabetizada alguns indivíduos da entrevista em grupo poderiam auxiliar na interpretação das perguntas e no desenvolvimento das respostas, assim como, se o usuário não souber se expressar na entrevista individual em grupo poderia ser auxiliado para poder dar as respostas necessárias e cabíveis.

Outro ponto que deve ser considerado é a condução da entrevista um ponto de suma importância para obter as informações necessárias onde requer do entrevistador habilidades e preparo, pois há variáveis na entrevista que não podem ser previstas. Para Sperotto (2009, p. 55),

um excelente entrevistador pode ter grande dificuldade em conduzir uma determinada entrevista, não existe como prever ou controlar o que irá acontecer no momento dela; e o que dá certo para um profissional às vezes não apresenta resultado para outro. Infelizmente, até a realização da primeira entrevista e do respectivo registro, fica impossível conhecer como ocorre o processo.

A autora lembra que o entrevistador deve sempre estar preparado para o esperado e o inesperado, pela diversidade de situações que poderá ocorrer no processo de entrevista e prejudicar o que deveria ser objetivo da entrevista. O profissional não deve valer-se de superioridade, pois, o processo de entrevista é flexível e sistemático podendo sofrer alterações por motivos externos ou internos.

2.3.3 Visita Domiciliar

Outro instrumental que é utilizado pelo profissional de Serviço Social é a Visita Domiciliar, este é um instrumento que oportuniza ter uma relação mais estreita com os usuários dos serviços sociais conhecendo mais afundo a realidade da família que está sendo visitada. A visita ocorre sempre como complemento da entrevista para se conhecer a realidade in loco e assim acrescentar informações a respeito do objeto em estudo. Nessa linha a autora Sperotto (2009, p.60) relata que,

a visita domiciliar funciona como uma atividade profissional investigativa ou de atendimento aos usuários dentro do seu próprio meio social ou familiar, logo, uma atividade que aproxima o assistente social da realidade do indivíduo. Quando escolhe a visita domiciliar como instrumento necessário à sua ação, o assistente social necessita reunir algumas técnicas e instrumentos que auxiliam no seu desenvolvimento.

Para realizar uma visita o profissional precisa planejar com antecedência e avisar os envolvidos para não ser invasivo e nem correr o risco de perder a viagem. A visita domiciliar só não é avisada com antecedência em caso de determinação que esta deva ocorrer de forma sigilosa com objetivo de captar outras questões de ordem judicial, por exemplo, e que exija discrição para não prejudicar a busca de informações. Na definição de Amaro (2003, p. 13) esta,

é uma prática profissional, investigativa ou de atendimento, realizada por um ou mais profissionais, junto ao indivíduo em seu próprio meio social ou familiar. No geral, a visita domiciliar, como intervenção, reúne pelo menos três técnicas para desenvolver: a observação, a entrevista e a história ou relato oral.

Para a autora esse relato oral é mais do que uma simples conversa sobre trocas de conhecimento ou um relato empírico, mais sim uma conversa com um objetivo preestabelecido para melhor atender ao usuário dos serviços sociais da instituição Adélia Francisca de Santana do município de Ji-Paraná.

A visita domiciliar é realizada na localidade onde reside o usuário que demanda a situação de visita e com o objetivo observar as condições vivenciadas pelos integrantes da família, ou seja, permite que o profissional de Serviço Social se

insira no contexto familiar e conheça amplamente a realidade visitada sem perder de vista os objetivos. Para Sperotto & Arena (2009, p.60),

a visita domiciliar oportuniza a observação do espaço-tempo da vida familiar. É possível, pela observação desse contexto, identificar como a dinâmica familiar está sendo construídos, quais os arranjos e necessidades que estão satisfeitos e quais carências existem. Estes elementos vão chamando a atenção pelos detalhes de fatos e relatos apresentados durante a visita”.

A visita domiciliar em relação aos adolescentes acolhidos pela instituição campo de estágio ocorreu para observar a prática da preparação realizada na instituição de acolhimento em jovens recém-desligados, e em processo de adaptação do caso, facilitando a compreensão da vida dos envolvidos e certificando que as ações propostas pela equipe estão sendo seguidas e se teve o objetivo alcançado.

O objetivo da visita é clarificar situações, considerar o caso na particularidade de seu contexto sociocultural e de relações sociais. Deve-se ter uma ampla competência e habilidades que vão alicerçar sobre o que se deve observar no momento da visita, sem dar sentenças e nem observando dados desnecessários no momento da visita que prejudique o que deveria ser observado (MAGALHÃES, 2006, p.54)

Tanto na entrevista institucional ou no momento da entrevista em domicílio os entrevistadores poderão se valer do uso do questionário como delineamento das questões.

O questionário é utilizado em muitas entrevistas como um instrumento de pesquisa que facilita a coleta de dados pois traz uma lista de perguntas e serve como um guia para direcionar e possibilita ao pesquisador ter uma maior linha de conhecimento com informações necessárias para sua pesquisa. Sendo assim, Fachin (2003, p.147) destaca que,

o questionário consiste num elenco de questões que são apreciadas e submetidas a certos números de pessoas com intuito de obter resposta para a coleta de informações. E para que a coleta de informações seja significativa, cabe verificar os meios de como, quando e onde obter as informações.

Segundo o autor o intuito do questionário é facilitar a obtenção de respostas, porém é necessário que o entrevistador esteja atento às variantes no decorrer desta para focar nos resultados positivos.

No caso do profissional de Serviço Social utiliza desse instrumento para delinear questões fundamentais a serem buscadas junto aos segmentos atendidos na instituição seja as famílias ou os próprios adolescentes institucionalizados. A exigência de menos ou mais perguntas vai depender do que se deseja buscar para a complementação das informações naquele dado contexto.

Para que o questionário seja facilitador de informações é preciso uma série de cuidados desde a elaboração até à aplicação e tabulação dos dados para se manter fiel às respostas do público pesquisado e assim contribuir para novos conhecimentos impulsionadores de mudança. O autor Gil (2008, p.121) argumenta que,

assim, a construção de um questionário precisa ser reconhecido como um procedimento técnico cuja elaboração requer uma série de cuidados, tais como: constatação de sua eficácia para verificação dos objetivos; determinação da forma e do conteúdo das questões; quantidade e ordenação das questões; construção das alternativas; apresentação do questionário e pré-teste do questionário.

As fases de elaboração de um questionário são detalhadas e minuciosas a fim de que uma vez que aplicado possa suprir todas as necessidades do pesquisador para responder suas dúvidas e fazer novas buscas se necessário for.

No período de desligamento do adolescente da instituição é comum usar os questionários como um dos instrumentos de coleta de dados sobre as potencialidades e também anseios do adolescente para sua inserção social, mercado de trabalho, entre outras questões próprias da idade e da nova fase que este irá vivenciar. O questionário também é uma das formas de deixar registrado na instituição tudo o que diz respeito a cada um dos que passaram pela instituição Adélia Francisca de Santana e que precisam seguir nos desafios de enfrentamento da realidade devido a maioria a qual não os permite continuar na instituição levando estes a perderem o espaço considerado família, para muitos deles desde a tenra infância.

2.4 PESQUISA BIBLIOGRÁFICA

Através de referências bibliográficas é que se realiza o levantamento de fontes confiáveis a partir de material já elaborado e publicado com aval científico. Os autores Cervo & Bervian (1996, p. 48) destacam,

a pesquisa bibliográfica procura explicar um problema a partir de referências teóricas publicado em documentos. Pode ser realizada independentemente ou como parte da pesquisa descritiva ou experimental. Em ambos os casos, busca conhecer e analisar as contribuições culturais ou científicas do passado existente sobre um determinado assunto, tema ou problema.

A pesquisa bibliográfica é um debruçar dos pesquisadores nas fontes que se encontram em bibliotecas físicas e online e em acervos particulares a fim de aprofundar informações a respeito de um tema específico. Segundo Lakatos (1992, p.44),

a pesquisa bibliográfica permite compreender que, se de um lado a resolução de um problema pode ser obtida através dela, por outro, tanto a pesquisa de laboratório quanto a de campo (documentação direta) exigem, como premissa, o levantamento do estudo da questão que se propõe a analisar e solucionar. A pesquisa bibliográfica pode, portanto, ser considerada também como o primeiro passo de toda pesquisa científica.

A pesquisa bibliográfica permite um melhor preparo do pesquisador antes de se lançar em busca de maiores investigações empíricas e construções teóricas a respeito de um objeto. Nesse sentido Gil (2008, p. 50) argumenta sobre as principais vantagens da pesquisa bibliográfica, “a principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente. Esta vantagem se torna particularmente importante quando o problema de pesquisa requer dados muito dispersos pelo espaço”.

É muito comum considerar que a pesquisa documental tem os mesmos princípios da pesquisa bibliográfica pois seus métodos e técnicas são muitos parecidos, mas o que difere uma da outra são as fontes de onde são extraídos o material. Segundo Gil (2002, p. 87),

a pesquisa documental muito se assemelha à pesquisa bibliográfica. Logo, as fases de desenvolvimentos de ambas, em boa parte dos casos, são as mesmas. Entretanto, há pesquisas elaboradas com base em documentos, as quais, em função da natureza destes ou dos procedimentos adotados na interpretação dos dados, desenvolvem-se de maneira significativamente diversa.

Dependendo dos fatos analisados poderá até ser tiradas imagens para anexação ao quadro de documentos como fonte de pesquisa documental, sendo de grande valor para profissionais que estão realizando uma visita técnica. A utilização de material documental deve-se ser feita com muito cuidado, pois a veracidade das informações precisa ser comprovada.

Para Marconi & Lakatos (2010, p.157) “a característica da pesquisa documental é que a fonte de coleta de dados está restrita a documentos escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias. Estas podem ser feitas no momento em que o fato ou fenômeno ocorre, ou depois”.

A pesquisa documental, portanto, serve para a coleta de dados em arquivos institucionais, pois é uma pesquisa de fontes primárias que contribui para a melhor compreensão daquela realidade no momento da investigação.

2.5 MÉTODO DE ANÁLISE

O método para análise dos dados se fundamenta no dialético por este permitir captar as contradições, ainda mais quando se trata da realidade em que vivem os adolescentes acolhidos na instituição acima citada. Konder (1981, p. 83), descreve que “[...] uma das características essenciais da dialética é o espírito autocrítico. Assim como examinam constantemente o mundo em que atuam, os dialéticos devem sempre estar dispostos a rever as interpretações em que baseiam para atuar”.

O método dialético permite ao estudante pesquisador e profissional uma análise tanto do contexto mais amplo sociedade, quanto da instituição de acolhimento, assim como das contradições familiares as quais se inserem os adolescentes. Nesse sentido Gil (2008, p. 14) salienta que,

a dialética fornece as bases para uma interpretação dinâmica e totalizante da realidade, já que estabelece que os fatos sociais não podem ser entendidos quando considerados isoladamente, abstraídos de suas influências políticas, econômicas, culturais etc.

O método dialético, portanto, parte do princípio de análise da totalidade que envolve os adolescentes que se preparam para deixar a casa de acolhimento e estabelecerem novos desafios na sociedade entre eles, moradia, emprego, entre outros.

O campo dialético se dá entre a relação do sujeito e o que está conhecendo, essas relações e até mesmo contradições, é muitas vezes contestada, a visão inicial se altera no decorrer das análises e gera um constante processo de síntese, análise, antítese e novas sínteses e assim instiga novos processos. Segundo Chizzotti (1991, p.80),

a dialética insiste na relação dinâmica entre o sujeito e o objeto no processo de conhecimento. Não se detém como os interacionistas e etnometodológico, no vivido e nas significações subjetivas dos atores sociais, valorizando as contradições dinâmicas do fato que foi observado e atividade criadora do sujeito que a observou nas posições contraditórias entre o todo e a parte, e os vínculos do saber e do agir com vida social dos homens.

Segundo o autor existe uma relação no processo de conhecimento entre sujeito e objeto e o movimento de transformação se dá através de contradições, isto é, pelo constante processo de análise e compreensão das contradições é possível perceber o processo de mudança e as possibilidades de transformação da realidade em conjunto adolescentes, estagiárias, profissionais.

Neste caso em estudo o método dialético é o mais adequado por permitir compreender tudo o que se passa com os adolescentes no contexto em que vivem e abrir possibilidades de enxergar novas alternativas no momento de estes deixarem a instituição e assumir as responsabilidades que a vida adulta exige.

3. INSTITUIÇÕES DE ACOLHIMENTO ÀS CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO PROCESSO HISTÓRICO

3.1. HISTÓRIA DA INFÂNCIA

Segundo Rizzini & Irene (2004) a história da infância e acolhimento está diretamente ligada à questão da pobreza e aos princípios morais e religiosos. Ao percorrer os diversos autores em períodos históricos diferentes evidenciamos as mudanças culturais, políticas e a postura e papel do Estado em função do tratamento dado às crianças, bem como em relação ao abrigo da infância.

No período colonial a institucionalização de crianças se fazia pela Santa casa de Misericórdia e seguia as tradições portuguesas onde deixavam as crianças nas chamadas '*Rodas dos Expostos*'. Conforme destaca Pereira (2004) o nome roda se refere a um artefato de madeira fixado ao muro ou janela do hospital no qual era depositada a criança. Essa roda ao girar a criança era conduzida para dentro das dependências da instituição, sem que a identidade de quem ali colocasse a criança fosse revelada, normalmente esses atendimentos eram feitos por igrejas, porém com o passar do tempo foi sendo de responsabilidade do Estado.

A roda dos expostos foi criada com a premissa de resguardar a identidade da família, pois naquela época as famílias prezavam pela honra que seria manchada com o nascimento de uma criança fora dos padrões tradicionais e morais da época. Nesse sentido a autora Rizzini (2004) apud Marcilio (1997, p. 152) salienta que,

A criação das Rodas de Expostos evitou que bebês fossem abandonados nas ruas e nas portas das igrejas por mães que buscavam ocultar a desonra de gerar um filho ilegítimo, ou que não tinham condições de criá-lo. A escravidão possibilitou um uso bastante particular do sistema no Brasil: a exposição de filhos de escravas, cujos senhores buscavam receber o pagamento pela sua criação ou quem os criassem, indo posteriormente buscar o pequeno escravo em idade que pudesse ser iniciado nas atividades laborais. Casos de escravização ou comercialização de crianças pardas e negras pelas amas-de-leite também são registrados pela historiografia.

Entre os Sec. XVI e XIX essas casas dos expostos se estenderam pelo país. Segundo Viegas (2007) as primeiras entidades se firmaram no Brasil no estado de Salvador (1726), Rio de Janeiro (1738), Recife (1789) e ainda em São Paulo (1825).

As Santas Casas de Misericórdia acolhiam então as crianças que ficavam com as amas de leite até os sete anos de idade e após essa fase tentavam inseri-las em uma nova família. Mais tarde sobre fortes denúncias de desvios de verbas, abusos, entre outros, o governo passou a comandar as Santas Casas e mudanças passam a ser instaladas como as regras para as amas de leite e a extinção da Roda dos Expostos que na visão do governo o anonimato essa prática estimulava o abandono e durante décadas esta foi a única instituição de assistência a criança no Brasil a chamada Roda dos Expostos, Marcilio (2016).

Como o sistema de institucionalização isso se dava de forma caritativa e sob responsabilidade da igreja católica. Como cita a autora Rizzini (2004), era feito o batismo assim que as crianças eram entregues às Santas Casas, as crianças tanto meninos quanto meninas eram educadas dentro dos princípios morais e religiosos da época. Posteriormente, no sec. XIX inicia a escolarização dos menores,

O Brasil independente de Portugal timidamente inicia sua caminhada rumo à educação do povo, instalando escolas públicas primárias e internatos para formação profissional dos meninos pobres. No reinado de D. Pedro II, após o ato adicional de 1834 (Lei n.16 de 12/8/1834), o qual determinou que a instrução primária seria de responsabilidade das províncias brasileiras, os governos partem para a criação de escolas e institutos para instrução primária e profissional das crianças e adolescentes das classes populares, os “filhos do povo” (RIZZINI & IRENE 2004, p.24).

A partir do SEC XIX as crianças passaram a ser tratadas como objeto de interesse e começam a ser percebidas e administradas como filhos do estado onde entendiam que poderiam ser moldados tanto para o bem quanto para o mal e caberia ao estado cuidar do ‘futuro da nação’ (RIZZINI & IRENE, 2004).

Não se pode precisar um período específico do surgimento das primeiras identificações chamadas políticas sociais, visto que, como processo social, elas se originam na confluência dos movimentos de ascensão do capitalismo como a Revolução Industrial, das lutas de classe e do desenvolvimento da intervenção estatal. Sua origem relaciona-se aos movimentos de massa socialmente democratas e à formação dos estados-nação na Europa Ocidental do final do século XIX, porém sua generalização situa-se na transição do capitalismo concorrencial para o capitalismo monopolista. Capitalismo concorrencial fase do capitalismo que teve início com aparecimento de máquinas movidas por energia não humana. Inicia-se na Inglaterra com a máquina a vapor, por volta de 1746 e finda com o início dos monopólios (BEHRING & BOSCHETTI, 2006, p.47 in PIANA, 2009 on line).

O período conhecido como República início do SEC XX foi marcado por lutas sociais do proletariado onde se criou por iniciativa de trabalhadores urbanos o

Comitê de Defesa Proletária e uma de suas reivindicações era proibir o trabalho de menores de catorze (14) anos, extinguir o trabalho noturno de mulheres e menores de dezoito (18) anos (ALVARENGA & CAMPOS, 2011 apud DULLES, 1977).

De acordo com Azevedo (2004) no ano de 1924 foi criado o juizado de menores, pelo juiz Mello Mattos buscando assistir as crianças em situação de abandono, no ano seguinte inaugura-se a Casa Maternal Mello Mattos que abrigava cerca de duzentas (200) crianças entre dois e catorze (02 e 14) anos.

Embora elaborado exclusivamente para o controle da infância abandonada e dos delinquentes de ambos os sexos, menores de 18 anos (art.1º), o Código Mello Mattos seria, apesar disto, o primeiro diploma legal a dar um tratamento mais sistemático e humanizador à criança e ao adolescente, consolidando normas esparsas anteriores e prevendo, pela primeira vez, a intervenção estatal nesta delicada seara social (AZEVEDO, 2004, p.3)

Embora em passos lentos o estado gradativamente vá assumir o seu papel na responsabilidade das crianças desamparadas, porém um dos interesses reais era a diminuição da criminalidade e assim surge o Código Mello Mattos. A partir da aprovação do referido Código a infância passa a ser vista como Direito e nesse período, se coloca de fato a assistência voltada à infância, mudança significativa passa a ser notada, como por exemplo, a formulação de políticas voltadas à segurança e bem estar das crianças e adolescentes do país como iremos acompanhar no próximo tópico.

3.2 A ASSISTÊNCIA À INFÂNCIA COMO DIREITO

Segundo Rizzini (2004) este período se caracteriza como uma forte pressão por um posicionamento e comprometimento do estado pela efetivação de políticas de assistências voltada ao menor, tirando a visão de caridade para assistência social ao menor o que resultou em alguns avanços.

A movimentação em torno da elaboração de leis para a proteção e assistência à infância também é intensa, culminando na criação, no Rio de Janeiro, do primeiro Juízo de Menores do país e na aprovação do Código de Menores em 1927, idealizado por Mello Mattos – primeiro juiz de menores do país e de mais longa permanência, de 1924 até o ano de seu falecimento, em 1934 (RIZZINI & IRENE, 2004, p.29).

Em 1927 foi promulgado o primeiro documento voltado aos menores de 18 anos conhecido como Código Mello Mattos, percebe-se então que o período teve um grande avanço e o olhar voltado para a realidade das crianças no Brasil, o documento era voltado às crianças em situação irregular e de abandono e Em seu Artigo 1º. Reza “O menor, de um ou outro sexo, abandonado ou delinquente, que tiver menos de 18 anos de idade, será submetido pela autoridade competente às medidas de assistência e proteção contidas neste Código” Código de Menores – Decreto N. 17.943 A – de 12 de outubro de 1927.

Conforme se percebe esse decreto trazia o amparo tanto de assistência social quanto de assistência jurídica à infância em todo território nacional. Este aparato perdurou por um longo período da história.

Já no governo Getúlio Vargas o qual inicia em 1930, é conhecido como um período de grandes feitos e proteção à criança nesse sentido ocorriam um tratamento para a chamada infância e outro tratamento direcionado ao que se intitulava menos (hoje adolescente). A autora Rizzini (1995, p.262/263) ainda destaca que “Vargas expressava as grandes preocupações das elites da época com relação à assistência a infância, tais como a defesa da nacionalidade e a formação de uma raça sadia de cidadãos úteis”. Sendo assim o período passa a ser considerado de assistência e proteção social.

Entre os anos de 1930 a 1945 foram criados diversos órgãos os quais favoreceram proteção e promoção de políticas públicas como o Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS) em 1938, que teve grande responsabilidade na articulação de políticas de assistência, tanto geral quanto para a criança e adolescentes. O Departamento Nacional da Criança (DNCR) em 1940 com assistência médica e campanhas educativas, assistindo orfanatos, hospitais entre outros. O Serviço de Assistência aos Menores – (SAM) em 1941, seu principal intuito era a assistência social à família dos convocados para a guerra, mas que se estendia a promover a ordem social e posteriormente passa a notar-se seu cunho repressivo e fiscalizatório e em 1942 surge a Legislação Brasileira de Assistência – LBA a qual atendia as crianças e adolescentes com projetos socioeducativos (RIZZINI & IRENE, 2004).

Instalado o SAM, o esforço de identificar os problemas e carências das instituições volta-se para o menor e sua família. As dificuldades de viabilizar as propostas educacionais do Serviço são depositadas no assistido,

considerado “incapaz”, “subnormal de inteligência e de afetividade”, e sua “agressividade”, superestimada (RIZZINI & IRENE, 2004, p. 33).

No período do Golpe Militar, em 1964, a discussão sobre crianças e adolescentes pobres é atribuída a uma questão de segurança pública, pois, a percepção era de que eles poderiam oferecer riscos à sociedade. As medidas adotadas pelo Estado foram direcionadas à “conduta antissocial”, que, assim como antes eram considerados criminosos ou imorais. Paralelamente, surge o primeiro Código de Menores e é criada a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM) para onde seriam encaminhados as crianças e os adolescentes em “situação irregular”.

A Fundação tinha por missão inicial instituir o “Anti-SAM”, com diretrizes que se opunham àquelas criticadas no SAM. As propostas que surgem para a instauração de um novo órgão nacional centram-se na autonomia financeira e administrativa da instituição e na rejeição aos “depósitos de menores”, nos quais se transformaram os internatos para crianças e adolescentes das camadas populares (RIZZINI & IRENE, 2004, p.35).

No comando da FUNABEM, criaram-se as Fundações Estaduais do Bem-Estar do Menor (FEBEM) em que a principal idéia era de normalidade social. A atuação da FEBEM se dava na “prevenção e na ação” contra o “processo de marginalização do menor” e, em contrapartida, na correção dos “marginais” (FALEIROS, 2005). Quando o menor era enquadrado como marginal então ocorria o afastamento do convívio social “normal” e cabia ao Estado controlá-lo e aplicar as repressões necessárias à chamada correção de conduta.

Este período foi marcado por contradições, ao passo que muitos eram institucionalizados com o foco na recuperação, percebia-se que o abrigo não significava recuperação e sim ainda mais marginalização. Tinha-se na época o forte discurso de valorização da vida familiar e da “integração do menor na comunidade” (RIZZINI & IRENE, 2004) reforçam que se constatou nos documentos e registros que se tem da época um grande aumento de crianças abrigadas o que não condiz com o modelo adotado e a tendenciosa maré de elogios escondia a realidade registrada a qual era de maus tratos aos menores.

Ao recorrer à legislação se constata que em 1979, surge o segundo Código de Menores, ainda regido pela Doutrina da Situação Irregular a qual defendia a pobreza como motivo suficiente para a realização de intervenções estatais nas

famílias e para a cassação do pátrio poder. Criavam-se mecanismos para que o Estado pudesse adentrar nos lares e assim controlar as famílias (Azevedo, sem ano)

Os orfanatos acolhiam, com frequência, crianças que tinham até ambos os pais, por intervenção do Juiz de Menores, quando entendia que suas famílias não tinham condições morais de educá-las. Conforme apontamos, a internação se dava, muitas vezes, por intermédio de políticos e pessoas de influência na sociedade, como, por exemplo, patrões que não desejavam que suas empregadas mantivessem os filhos em suas casas (RIZZINI & IRENE, 2004, p. 52)

Ao analisar o contexto sócio histórico, se percebe que as instituições em geral se apresentam como mecanismos de atenção às necessidades dos indivíduos, entre eles as crianças e adolescentes, porém sabemos que estas mesmas instituições exercem a função de manter a ordem *social*, já que, seria “inviável” para o poder público que todos comesçassem a reivindicar por seus direitos, exigindo do Estado maior comprometimento com a efetivação do que determina a legislação.

As principais conquistas no campo dos direitos sociais de crianças e adolescentes no Brasil aconteceram a partir da década de 1980, com a queda do regime militar, houve uma abertura democrática e agitação da sociedade civil, que culminou na reforma do texto constitucional, em 1988, colocou o país em sintonia com o que existia de mais avançado internacionalmente, em termos de legislação relativo a crianças e adolescentes, se materializado no ECA, aprovado em 1990 e garantia a proteção integral, fruto principalmente de movimentos sociais implicados com a questão dos meninos de rua que surgiu na década anterior, a partir de forte influência da pauperização de largas parcelas da população. O ECA foi um marco no que diz respeito à conquista de direitos sociais de crianças e adolescentes E a partir da aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, a institucionalização, o abrigo passa a operar como órgão de proteção (RIZZINI & IRENE, 2004).

O abrigo, como uma medida de caráter provisório e excepcional de proteção para crianças em situações consideradas de risco pessoal e social; e a internação de adolescentes em instituições, como uma medida sócio-educativa de privação de liberdade. Em ambos os casos, a lei buscará prever mecanismos de garantia dos direitos da criança e do adolescente (RIZZINI & IRENE, 2004, p.12).

Com a Constituição de 1988 e aprovação em seguida do ECA (1990) muda a visão de legalidade e a ação social passa a ocorrer não só no plano material, mas

colocando também a necessidade de atitudes e comportamentos, isto é passa a priorizar a criança e do adolescente como sujeitos de direitos (MENDONÇA, 2002).

A partir da legislação aprovada a partir do final dos anos 80, muitas discussões, debates se instalaram e mudanças ocorreram determinando fechamento de certas instituições e regulamentando outras que passam a acolher as crianças e adolescentes e tratá-las com humanidade e com medidas de proteção garantindo os direitos fundamentais. O abrigo ganha uma nova perspectiva com a lei Lei Nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

Foram instituídas mudanças na lei em relação à questão da internação, dependendo da natureza da medida aplicada: o abrigo, como uma medida de caráter provisório e excepcional de proteção para crianças em situações consideradas de risco pessoal e social; e a internação de adolescentes em instituições, como uma medida sócio-educativa de privação de liberdade. Em ambos os casos, a lei buscará prever mecanismos de garantia dos direitos da criança e do adolescente (RIZZINI & IRENE, 2004, p.48).

Embora o Estatuto da Criança e Adolescente tenha instigado mudanças, os primeiros anos de implantação foram bastante difíceis, pois ocorreram interpretações distorcidas e algumas práticas não correspondiam com a garantia da proteção à infância e a adolescência. O Estatuto da Criança e Adolescente destaca que.

as entidades que desenvolvam programas de abrigo deverão adotar os seguintes princípios: I - preservação dos vínculos familiares; II - integração em família substituta, quando esgotados os recursos de manutenção na família de origem; III - atendimento personalizado e em pequenos grupos; IV - desenvolvimento de atividades em regime de co-educação; V - não desmembramento de grupos de irmãos; VI - evitar, sempre que possível, a transferência para outras entidades de crianças e adolescentes abrigados; VII - participação na vida da comunidade local; VIII - preparação gradativa para o desligamento; IX - participação de pessoas da comunidade no processo educativo (ECA, Cap. II, Seção I, Artigo 92).

A legislação atual no que se refere à infância enfatiza a convivência familiar e comunitária bem como o bem estar pessoal e social de todos, porém a sociedade ainda é muito injusta no que se refere às famílias com menor poder aquisitivo e conduz à desestruturação familiar por fatores diversos o que resulta no abrigo de crianças para que não fiquem desamparadas.

As instituições que são ligadas diretamente ao Estado tiveram origem às reivindicações populares que pressionaram para que as minorias fossem contempladas nas políticas públicas. O Estado atendeu a essas demandas por entender que isto permitia efetivamente uma forma de controle de tais movimentos acalmando ânimos que estavam exaltados, porém com o amadurecimento de tais reivindicações as Leis se ampliaram e as crianças e adolescentes nas últimas décadas principalmente com os governos populares passaram a ter uma atenção especial.

As casas de acolhimento segundo a Lei atual são destinadas às crianças e adolescentes para que permaneçam até completar dezoito (18) anos de idade. Em alguns estados há repúblicas voltadas aos jovens que os auxiliam até completarem 21 anos ou até se sentirem seguros para solicitar o desligamento da instituição. Os jovens que completam a maioria continuam sendo acompanhados conforme a decisão judicial por uma equipe multidisciplinar composta por assistentes sociais, psicólogos e pedagogos se necessário. Após essa fase ele terá que deixar a instituição e assumir a vida adulta o que gera inúmeros conflitos devido ao despreparo destes jovens para assumir as responsabilidades próprias da fase adulta.

O projeto de Lei n.º 4.099, de 2015, busca encontrar uma forma de minimizar alguns dos problemas enfrentados nessa fase. “Acrescenta o parágrafo único no art. 15 da Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013, objetivando auxiliar a inserção social dos jovens egressos de abrigos, orfanatos e estabelecimentos congêneres que completam 18 anos e não têm para onde ir”. Esse projeto de lei destaca pontos importantes nessa fase que é necessário uma proteção especial do estado para a garantia de uma estruturação pessoal e social do jovem em sua fase de desligamento da instituição. No parágrafo único destaca,

Os jovens abrigados à espera de adoção, ao completarem 18 anos, vão receber um auxílio mensal, nos termos da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), até adquirirem condições de se manterem sozinhos, sendo o pagamento limitado a no máximo três anos, tendo ainda prioridade nos programas de: a. financiamento estudantil b. habitação popular c. aprendizagem profissional, a partir dos 16 anos (Projeto de Lei n.º 4.099, de 2015 Congresso Nacional).

Embora a Lei tenha avançado em relação à proteção à infância e à adolescência observa-se que há inúmeras questões relacionadas ao período de

desligamento do jovem dos laços institucionais que preocupam os profissionais da área da assistência social e psicologia. Os profissionais entendem é preciso assistência básica durante o período de transição, pois ocorre por parte de muitos eis abrigados, dificuldades de relacionamento externo, insegurança e os riscos de acabarem se marginalizando devido à vulnerabilidade por não possuírem laços fraternos que os apoie e oriente.

Essa preocupação com o bem estar do adolescente em uma fase de conflitos está prevista além das legislações já citadas na política de assistência social a qual destaca a proteção à família e nesse ínterim se engloba o auxílio para que o jovem se reestruture na sociedade com o objetivo de dar continuidade à sua vida de forma saudável construindo a sua própria família após desinstitucionalização.

3.3 A TRANSIÇÃO DA ADOLESCÊNCIA PARA A JUVENTUDE UMA FASE DE INCERTEZAS

Segundo o Estatuto da Criança e Adolescente na Lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1990 Art. 2º é considerado adolescente a pessoa entre doze e dezoito anos de idade, e segundo o estatuto da juventude Lei nº 12.852, de 5 de Agosto de 2013 Art.1º § 1º são consideradas jovens as pessoas com idade entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos de idade, e esses adolescentes e jovens como podemos observar estão judicialmente respaldados por conjuntos de leis que visam sua segurança e bem estar social, porem há um período entre a adolescência e a juventude que merece uma atenção especial que é o período de transição .

Desde o momento do nascimento até ao final da vida, ou seja, até a morte, o ser humano passa por inúmeras e variadas transformações. Na fase da adolescência as transformações são muito intensas e sofridas para a maioria das meninas e meninos. A Organização Mundial da Saúde – OMS (1989) descreve que a fase chamada adolescência vai dos dez (10) aos dezenove (19) anos e se divide em três etapas, sendo a primeira fase a puberdade dos dez aos catorze anos.

Diversos autores como Brêtas (2003), Oliveira (2000) descrevem que é nesta fase da adolescência, mais diretamente que as mudanças hormonais causam

aceleração no crescimento físico e também se destacam os caracteres sexuais secundários. O adolescente nesta fase entra em conflito com o próprio corpo e precisa de orientações de pais e demais pessoas de seu convívio para que entenda como uma fase normal de crescimento.

Essas transformações são muito questionadas pelos adolescentes, pois não foram eles que as escolheram e nem determinaram o momento para que elas acontecessem e isso gera muitas dúvidas. Os conflitos nessa fase, em especial sobre a sexualidade, são inevitáveis e precisam ser discutidos para serem, pelo menos, parcialmente compreendidos. De acordo com experiências em sala de aula com adolescentes, percebe-se que o desconhecimento da origem e consequências dessas mudanças, seja nos aspectos físicos, fisiológicos e sexuais, causa uma grande inquietação. E o fato é que, de acordo com Brêtas et al. (2008), essas mudanças corporais e o primado da genitalidade, são sem dúvidas, elementos estruturadores da identidade e desencadeadores da grande metamorfose sofrida pelo ser humano (MARTINS, 2013, p. 4-5) .

Segundo diversas análises teóricas, o período de transição se dá quando o adolescente sai da infância e começa a entrar na vida adulta, esta fase é marcada por incontáveis transformações tanto no corpo quanto na mente e surgem questionamentos e desafios a serem vencidos por meninos e meninas.

A adolescência tem sido vista na Psicologia como uma fase do desenvolvimento que apresenta características muito especiais, tais como rebeldia, crise de identidade, conflito geracional, tendência grupal, necessidade de fantasiar, evolução sexual manifesta e outras mais (BOCK, 1999, p.1).

Nesse sentido a autora explica que por ser uma fase de desenvolvimento é um período que deve se redobrar de cuidados com o adolescente e normalmente a família tem a responsabilidade de moldar e acompanhar esse adolescente para que ele possa se preparar para a juventude. Porém quando se trata das instituições isso se torna um grande problema, pois esses adolescentes não tem esse vínculo que normalmente é a base para a vida. Nesse momento de transição a equipe da instituição, quando comprometida, busca estratégias de preparo para esse enfrentamento da vida adulta. O autor (ERICKSON, 1976, p.128), institucionalizou a adolescência e,

apresentou-a a partir do conceito de moratória e a caracterizou como uma fase especial no processo do desenvolvimento, na qual a confusão de papéis, as dificuldades para estabelecer uma identidade própria a marcavam como "...um modo de vida entre a infância e a vida adulta.

Os autores são unânimes em considerar a adolescência como um período de extrema turbulência que é vista como uma fase de transição. Na perspectiva educacional o autor Pierre Furter (1966) afirma que o ser humano passa por vários períodos de crise para chegar a vida adulta e uma delas é a crise juvenil sendo “a mais violenta, mais radical e mais falada” porém ele traz uma crítica à maneira negativa que é vista a adolescência e a juventude, segundo ele, desde o início dos séculos, há uma desvalorização da adolescência.

De fato, durante a adolescência, o ser humano se transforma profundamente. Em relação ao seu corpo, entendido como uma situação global (de que a puberdade é só um aspecto), o jovem cresce muito, mudando profundamente a relação entre as suas proporções corporais. Os adolescentes têm, portanto, que efetuar uma longa e difícil <<aprendizagem fisiológico>>, pois os gestos são, também, uma parte importante da nossa cultura (FURTER, 1966, p.70).

Além dos fatores emocionais característicos da fase de transição, alguns autores também destacam as mudanças físicas que ocorrem no corpo nessa faixa etária e que podem ser interpretadas distorcidamente pelo adolescente caso não tenha orientação. É natural que nessa fase ocorra uma série de mudanças uma vez que todas as partes do seu corpo estão passando por uma transformação, nesse sentido os autores salientam que,

Considerando que os aspectos biológicos e psíquicos são indissociados é necessário ponderar que a essas mudanças correspondem, também, novas estruturas intelectuais, afetivo-emocionais e sociais que se revelam em mudanças significativas na percepção da imagem corporal – o estranhamento da perda do corpo infantil: na crise narcísica – há uma desagregação do suporte do reconhecimento subjetivo, dos processos de obtenção de satisfação: na necessidade de lidar com impulsos sexuais (TRASSI & MALVASI, 2010, p. 24)

O autor ainda descreve que essas alterações biológicas são transferidas para a vida emocional e social e que são definidoras de condutas, porém esses e outros diversos aspectos poderão contribuir nessa fase de desenvolvimento com efeitos positivos ou negativos.

Essas alterações biológicas poderão ser maximizadas ou minimizadas em seu efeito na conduta, dependendo dos ritos sociais que acercam essa passagem (por exemplo, o controle da conduta social), ou dos aspectos singulares da biografia do adolescente (como a ruptura precoce de vínculos familiares), ou de determinada condição de vida objetiva: a pobreza, por exemplo, poderá implicar esse aspecto biológico deixe de ser significativo

porque, independente dele, o sujeito devera ingressar no mundo do trabalho como provedor da renda familiar função destinada aos adultos em nossa sociedade (TRASSI & MALVASI, 2010, p.25).

Atuar com o preparo de adolescentes na fase de transição da adolescência para a vida adulta é um fator muito importante a ser considerado hoje por todos aqueles que acompanham as crianças e adolescentes nas instituições de acolhimento. É preciso conhecer a fundo os anseios dos abrigados e com eles ir desmitificando medos e fortalecendo domínio de atitudes de enfrentamento que os conduzam à emancipação para condução de suas vidas após a desinstitucionalização. Iamamoto (2000, p 191) salienta que é preciso “detectar as dimensões da universalidade, particularidade e singularidade na análise dos fenômenos presentes no contexto da prática profissional”. Essa análise e compreensão do contexto e da vida de cada um se torna condição essencial para auxiliar na fase de adaptação enquanto adulto inserido na sociedade.

É com esse olhar atento aos anseios dos adolescentes que se aproximam do período de deixar a instituição de abrigamento do município de Ji-Paraná Rondônia que descreveremos no capítulo terceiro o período de estágio de observação, bem como a intervenção nessa realidade institucional.

4. RELATO DA PRÁTICA DE ESTÁGIO NA INSTITUIÇÃO DE ACOLHIMENTO ADÉLIA FRANCISCA SANTANA

4.1 CONTEXTO HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO

Através da Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS), a Prefeitura de Ji-Paraná inaugurou no dia 14 de Dezembro de 2016 a Instituição de Acolhimento Adélia Francisca Santana (Projeto de Lei nº 3504/2016).

Com um investimento de 737 mil reais de recursos própria instituição conta com recepção, salas administrativas e de atendimento técnico, cinco dormitórios, sendo dois masculinos, dois femininos e um berçário com fraldário, todos climatizados, além de banheiros adaptados com acessibilidade, cozinha, refeitório, sala de estar para descanso, sala de jogos. Atualmente a instituição conta com profissionais dentre coordenadora, assistente social, pedagoga, auxiliar administrativo, zeladoras, cozinheiras, guarda noturno, motorista e cuidadoras. A instituição também oferece assistência de saúde, educação alimentação e lazer.

A Instituição de Acolhimento é fruto do trabalho de muitas mãos como o Juizado a Infância e Juventude, da Promotoria da Infância e Juventude, da Defensoria Pública e da Secretaria de Assistência Social, do Conselho Tutelar, dos Centros de Referência do município e de várias outras instituições. Durante a inauguração da Instituição de Acolhimento foi lançado o projeto “Apadrinhando uma História”. A iniciativa é do Juizado da Infância e Juventude em parceria com a prefeitura de Ji-Paraná e Ministério Público de Rondônia e o projeto têm o objetivo de sensibilizar e incentivar pessoas com interesse e disponibilidade de tornarem-se “padrinhos e madrinhas” de crianças e adolescentes que estão acolhidos na Instituição. O projeto foi criado há dois anos em Porto Velho e agora está sendo implantado em Ji-Paraná.

Vale ressaltar que a instituição tem esse nome devido uma acolhedora que se chamava Adélia Francisca Santana que passou muitos anos na instituição e tinha um grave problema de saúde, porém sempre preocupada com os demais, foi muito

querida por todos, após seu falecimento devido à complicação da sua doença e a instituição a homenageou colocando o seu nome.

Atualmente (2019) a instituição de acolhimento é constituída pela equipe técnica formada pela assistente social, psicóloga, psicopedagoga e coordenadora, que desenvolvem projetos e incentivam campanhas, além de dar o suporte necessário para o desenvolvimento das crianças e adolescentes institucionalizadas, além de todos os funcionários citados anteriormente.

4.2 A OBSERVAÇÃO COMO TÉCNICA DE CONHECIMENTO

No período de estágio de observação em Serviço Social na instituição de Acolhimento Adélia Francisca Santana realizou-se planejamento baseado nas demandas apresentadas pela instituição. Uma dessas demandas a qual mais nos chamou atenção enquanto estagiária foi a problemática acerca da saída dos adolescentes da Instituição ao completarem dezoito anos.

Na observação verificou-se que as crianças até sete (7) anos de idade possuem mais facilidade de ser adotada mesmo a adoção sendo tardia. A partir de sete anos ocorre outros complicadores e na maioria das vezes ficam na instituição até completar a maioridade.

Tanto no diálogo com os profissionais quanto com os adolescentes sentiu-se a fragilidade em relação ao momento dos adolescentes deixarem a instituição, pois não possuem maturidade e nem alicerce suficiente para encarar a vida adulta sozinhos. Nesse aspecto o apoio profissional de assistentes sociais, psicólogos e de outros membros da equipe institucional se torna fator primordial para que esses adolescentes melhor se para a vida fora da instituição.

O profissional de Serviço Social e também estagiária precisa estar sempre atentos a tudo o que envolve os usuários dos serviços sociais para assim poder planejar ações e intervir na realidade transformando-a.

O profissional pode entrevistar realizar uma dinâmica de grupo, fazer uma reunião e utilizar todo o aparato técnico concernente a sua profissão.

Porém, se não for um bom observador, só usará instrumentos técnicos, não poderá avaliar (MAGALHÃES, 2006, p. 57).

Portanto, é possível compreender que o primeiro contato com os acolhidos e com a equipe se constitui em aprendizagem eficaz em relação à realidade e assim vai se ampliando as possibilidades de articulação teórica e prática em função dos cidadãos que necessitam da intervenção do Serviço Social a fim de mudanças, transformação no contexto que se encontram objetivando inclusão social.

Nesse sentido, ao ser observado a fragilidade dos adolescentes que iriam completar a maioridade e a falta de segurança para assumir a autonomia, bem como a ausência de mecanismos de preparação para o desenvolvimento pessoal e social dos adolescentes no sentido de melhor se prepararem para enfrentar a vida fora da instituição de acolhimento, se pensou atividades que possibilitassem a reflexão e os empoderasse de novos conhecimentos fortalecendo sua independência, autoestima, e cidadania. Segundo o Estatuto da Criança e adolescentes Art. 4º.

é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. Portanto o/a assistente social deve buscar a garantia e fortalecimento desse direito junto à instituição. Diante do exposto iniciou-se o trabalho de intervenção.

Como primeira proposta realizou-se na Instituição de Acolhimento Adélia Francisca Santana uma reunião com parte da equipe técnica da instituição como intuito de discutir com a assistente social e psicóloga as questões observadas e pontuar o desejo de intervenção com foco “na preparação para o desligamento institucional dos adolescentes que atingiriam a maior idade”.

Na reunião também enquanto estagiária aproveitei para sanar algumas dúvidas que surgiram no período do estágio de observação em Serviço Social. Entre as dúvidas estava quais projetos são feitos com essas crianças e adolescentes. A partir de que idade começa a preparar para o mercado de trabalho entre outras.

A partir dessa conversa também ficou evidenciado o perfil quanto à idade dos acolhidos, quantos estão na idade de preparação para o mercado de trabalho, quem já está na fase de preparação para o desligamento da instituição, entre outros. A

reunião foi fundamental para iniciar o planejamento conjunto pensando na intervenção,

Esse tipo de reunião também pode ser considerado um instrumento técnico, utilizado com o objetivo de solucionar problemas na equipe, discutir casos, redimensionar o trabalho realizado, solucionar problemas, avaliar atividades ou simplesmente estudar (MAGALHAES, 2006, p. 53).

O diálogo com a equipe possibilitou conhecer que existe o projeto apadrinhando uma história o qual é desenvolvido em outros municípios e a equipe acredita que traz grandes benefícios no fortalecimento de vínculos para esse momento complexo e cheio de desafios enfrentado pelos adolescentes, conforme veremos na sequência das análises.

4.3 INTERVENÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL COMO PRÁTICA DE ESTÁGIO

Na premissa de iniciar o processo de estágio de intervenção em Serviço Social se fez necessário a pesquisa documental nos arquivos da instituição para averiguar a confirmação de idades e articular o planejamento das intervenções.

Para melhor preparo no intervir recorreremos aos autores relacionados ao tema no intuito de nos munirmos de conhecimentos e assim sentir-se mais segura para trabalhar tais anseios dos adolescentes auxiliando no preparo para o momento de desfazer os laços institucionais e seguir a vida adulta.

Normalmente as crianças dão entrada na Instituição de acolhimento por meio do Conselho Tutelar com uma guia de acolhimento, ao dar entrada na instituição é realizada uma série de procedimentos tanto em função da vida pessoal, da criança quanto procedimentos administrativos, que são parte da documentação, registros que apresentam conhecimento do caso.

No início do acolhimento elaborase uma pasta com o nome de cada criança onde fica armazenado a sua guia de acolhimento documentos pessoal e todo seu processo judicial, ao longo do tempo conforme vão sendo elaborados, todos os PIAs (Plano Individual de Acolhimento) são anexados, contendo assim o histórico detalhado das crianças institucionalizadas, essa pasta é de uso exclusivo da equipe

técnica da instituição e contém informações sigilosas, portanto para manusear é necessário pedir autorização da assistente social e psicóloga. Com esse documento em mãos foi possível fazer a coleta de dados e aprofundar o estudo do caso.



Foto 01- Pesquisa documental
Crédito: Mariely Bremenkamp
2018/1

Com a intenção de fortalecer a cidadania das crianças e preparo para o desligamento foi realizado uma conversa informal com as crianças e adolescentes, tanto em grupo quanto individual. Essa conversa visou conhecer melhor os anseios de cada um, conhecer os sonhos, os medos e expectativas para melhor auxiliar.

O atendimento, diálogo individual foi um momento de escuta da criança e do adolescente deixando eles livres para se expressar. A partir do que cada um ia expressando de forma mais natural se estimulava outros diálogos dirigindo algumas perguntas como, por exemplo, sobre o que gostavam de fazer. Estes relatavam suas histórias e nós atentamente fomos garimpando informações relevantes para intervir com cada um. A conversação que não deixa de ser entrevista é sem dúvida um rico instrumento de coleta de informações. Medeiros (2017, p.1) descreve que “a entrevista por meio do processo de diálogo, visa estabelecer uma relação com o

usuário, com objetivo de conhecer e intervir em sua realidade social, econômica, cultural e política. Pode ser individual ou grupal”.

Entre as respostas dos participantes no diálogo surgiram os desejos “*meu sonho desde criança é de ser jogador de futebol*” (V.S 14 anos). Uma adolescente (B.S 13 anos) expressou que gosta da área da beleza “*fazer unha, cabelo, maquiagem e gostaria de fazer curso*”. (D.S 14 anos) declarou “*gosto muito de informática e de ir à escola e meu sonho é ter um ensino superior*”. Em cada fala dos adolescentes se percebia o desejo da superação e por isso nós como estagiárias mediamos com a instituição no sentido de ver a possibilidade de inclusão dos adolescentes em cursos de seu interesse, pois assim abriria portas para o melhor preparo para a vida adulta.



Foto 02- Roda de conversa
Crédito: Mariely Bremenkamp
2018/2

Um detalhe que chamou a atenção na conversa, é que os adolescentes não têm perspectivas de outras profissões como, por exemplo, ser médicos, advogados, engenheiros, os que se expressam em ter uma profissão se contentam com cursos mais imediatistas. O que nos leva a entender é que tem determinadas áreas que na visão dos adolescentes dão um retorno mais imediato e são mais acessíveis a eles.

A observação se mostra presente em todo esse processo de coleta de dados e informações, autores do Serviço Social nos alertam para a importância de saber

utilizar esse instrumento, assim como o profissional pautar sua intervenção na ética profissional.

A observação permitirá muitas vezes a decodificação de uma mensagem, de um gesto, do silêncio, da pausa. Os questionamentos devem levar em consideração a relevância e a validade da questão; a especificidade e a clareza. Todas essas habilidades se entrecruzam a respeito dos sujeitos como requisito a um dos princípios do Código de Ética Profissional (1993), que se refere à não-discriminação de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, idade e condição física.(LEWGOY & SILVEIRA, 2007, p.237)

Para que o estagiário possa intervir atendendo as demandas dos usuários da instituição campo de estágio sem dúvidas precisa ser um bom observador e saber interpretar a realidade para assim contribuir significativamente com a população alvo de sua ação sem perder de vista a qualidade dos serviços prestados.

Após a conversa houve um momento de descontração com brincadeiras, pois o lazer foi relatado como sendo de preferência de todos. Uma das brincadeiras escolhidas por eles foi a mimica.

As brincadeiras são linguagens não verbais, nas quais a criança expressa e passa mensagens, mostrando como ela interpreta enxerga o mundo, o brincar é um direito de todas as crianças. A partir do momento que uma pessoa passa a concretizar essa vontade chamada lazer, ela está tendo sua recreação. Deve-se observar que a recreação não é a atividade, mas sim o fato de estar-se concretizando esse anseio. Recreação é uma circunstância, uma atitude. (CAVALLARI E ZACARIAS 2001 p. 14).

Na mimica uma criança faz gestos e as outras têm que descobrir qual é o objeto ou animal representado, uma brincadeira descontraída onde todos/as puderam interagir e se divertir. É importante destacar que brincar é a melhor forma de interagir com as crianças e adolescentes e o lazer é assegurado na Lei Federal nº 8069/90, descreve que toda criança tem o direito ao lazer mostra também que "Todas as crianças tem direito: à vida e à saúde, liberdade, ao Respeito e à Dignidade, à convivência familiar e comunitária, à educação, à cultura e ao lazer, à proteção ao trabalho".



Foto 03 – Brincadeira
Créditos: Daiane Sena
2018/2

Seguindo a premissa de promover o lazer e cultura bem como a convivência social e comunitária, na sequência da intervenção foi realizada uma atividade onde tinha o propósito de apresentar para as crianças e adolescentes uma atividade artística musical que estava ocorrendo nas localidades do teatro Dominginhos pelo Trio de Cordas .

Primeiramente montamos a proposta de levar os adolescentes para assistir a apresentação. A ideia foi aceita pela direção em seguida a supervisora de campo preparou a documentação que autorizava estes saírem da instituição e participar da atividade cultural. Este processo de planejamento se faz necessário e é um importante instrumento utilizado na prática profissional como salienta Baptista (2002);

A planificação, no processo de planejamento, é realizada no momento em que, após a tomada de um conjunto de decisões, definidas em face de uma realidade determinada, inicia-se o trabalho de sistematização das atividades e dos procedimentos necessários para o alcance dos resultados previstos. (BAPTISTA, 2002, p. 97).

O planejamento se constituiu em levar apenas os adolescentes maiores de 12 anos tendo em vista o horário da apresentação e o suporte para levar os adolescentes pois, a instituição não poderia fornecer a condução até o local. Participaram desta atividade quatro (4) adolescentes entre doze e dezesseis (12 e 16) anos. O direito à cultura é garantido pela Constituição Federal de 1988 onde assegura que: Art. 215. “O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos

culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais”.

O evento chamado Amazônia Das Artes ocorreu no teatro Dominginhos durante oito (8) dias repleto de atividades culturais voltadas à comunidade de forma gratuita.

A princípio os adolescentes estavam muito contentes apenas pelo fato de sair da instituição para conhecer o teatro que nunca haviam ido. No momento das atividades esses sempre muito curiosos perguntavam sobre os instrumentos e cantavam quando a música era conhecida. O entusiasmo foi muito grande e por vezes via nos olhos vidrados nas apresentações resplandecer a emoção.

Ao término da apresentação os adolescentes pediram para ir até o palco para tirar fotos com os músicos. Estes ficaram fascinados pelos instrumentos e pela música clássica. Durante a volta para casa foi pedido a cada um deles a opinião sobre o evento e na fala observou-se que uma das maiores alegrias foi poder estar em contato com as pessoas sem que percebam que eles são da casa de acolhimento, uma fala marcante: [sic] “*sair como pessoas normais sem ser olhada com dó*”(E.S 13anos).

O fato de estar em uma instituição de acolhimento não impede que as crianças e adolescentes participem ativamente de atividades sociais, o que precisa são pessoas dispostas a dedicar seu tempo para acompanhar e vivenciar com elas esses momentos preciosos visto que não têm ao seu lado familiares.

A diversão da turma foi sem dúvidas muito especial e para nós estagiárias de Serviço Social poder proporcionar esses momentos também foi muito gratificante e repleto de aprendizado além da construção da relação de afeto com os usuários dos serviços socioassistenciais.



Foto 04 –Atividade no Teatro
Crédito: Vanessa Lopes
2018/2

É importante salientar que é dever do Estado promover e proporcionar ações que possibilitem as crianças e adolescentes o acesso à cultura a arte e ao lazer. O Art. 53 do ECA reza que “os municípios, com apoio dos estados e da União, estimularão e facilitarão a destinação de recursos e espaços para programações culturais, esportivas e de lazer voltadas para a infância e a juventude”.

A participação em atividades culturais e de lazer estimula as crianças e adolescentes a desenvolverem suas potencialidades que muitas vezes estão adormecidas pela falta de acesso.



Foto 05 – Visita ao teatro
Crédito: Daiane Sena
2018/2

No intuito de possibilitar a experiência profissional foi planejada uma visita a um grupo empresarial da região, que foi desenvolvida através de uma parceria da instituição e o grupo Cometa Center Car.

O Cometa procurou a instituição para realizar doação de brinquedos e como conheço alguns trabalhos realizados na empresa, foi apresentado à equipe Cometa o tema de intervenção *“Maioridade e Desligamento: a preparação dos adolescentes para o desligamento institucional”* a equipe interessou-se pelo tema e sugeriram algumas parcerias, como mostrar o funcionamento da empresa para que possam ter esse primeiro contato com as formas de trabalho, nessa perspectiva é importante destacar a importância de incentivá-los a se preparar para o mercado de trabalho e se atentar aos principais anseios da fase da preparação para a profissionalização.

Segundo a Carta dos Direitos Humanos de 1948 Art.23 “1. Todo ser humano tem direito ao trabalho, à livre escolha de emprego, a condições justas e favoráveis de trabalho e à proteção contra o desemprego”.

No primeiro momento foi apresentada a ideia de levar as crianças e adolescentes a conhecerem a realidade empresarial e também curtir um dia de diversão com o grupo cometa que apresentaria um filme após conhecermos a

empresa. A empresa Cometa Center Car realiza vários trabalhos sociais e um deles é o Cine Cometa que tem o objetivo de levar a comunidade a um momento de diversão e cultura através da exibição de filmes.

Esta atividade teve o intuito de apresentar o ambiente empresarial para que possa despertar nas crianças e adolescentes alguma motivação ao ambiente de trabalho, despertar sonhos e ainda proporcionar interação entre os acolhidos com a comunidade uma vez que os funcionários se mobilizaram para acompanhar essa visita e puderam conversar com as crianças e adolescentes além do lazer.



Foto 06– Visita a Cometa Center Car
Créditos: Daiane Sena
2018/2

A atividade contou com a presença de todos os institucionalizados naquele momento (2018) treze (13) acolhidos. O grupo cometa possibilitou organizou a atividade para todas as crianças. A empresa forneceu transporte, alimentação, o filme apresentado e toda assistência para explicar o funcionamento da empresa. Com essa atividade os adolescentes além de diversão puderam sentir como é um ambiente de trabalho rodeado de responsabilidade, bem como a necessidade de preparação profissionalizante para conseguir o tão sonhado emprego.

Durante a visita os adolescentes puderam fazer perguntas e tirar dúvidas. Ao chegar na empresa fomos recebidos pelos funcionários e pela coordenadora de responsabilidade social Cometa/Hunday, que fez um breve passeio pela loja ao passar pelos setores as crianças faziam perguntas, uma das perguntas realizadas foi no momento em que passamos pelo setor de mecânica onde uma adolescente B.S (13 anos) perguntou se os mecânicos faziam cursos para ser mecânico. Outra pergunta foi em relação a quantos funcionários tinha na empresa, e se tem jovem aprendiz. Neste momento a coordenadora explicou como funcionava a seleção de funcionários e apresentou um funcionário que havia entrado na empresa como jovem aprendiz e já fazia seis anos como funcionário. O trabalho do menor aprendiz é regulamentado pela Lei da Aprendizagem n. 10.097/2000 onde afirma que,

Empresas de médio e grande porte devem contratar jovens com idade entre 14 e 24 anos como aprendizes. O contrato de trabalho pode durar até dois anos e, durante esse período, o jovem é capacitado na instituição formadora e na empresa, combinando formação teórica e prática. (<http://site.aprendizlegal.org.br/lei>).

Em seguida fomos para a sala de cinema onde outro grupo de funcionários nos recebeu, deram as boas vindas serviram lanche e exibiram o filme chamado: “A sociedade secreta de Souptown”, o filme teve a duração de uma hora e 35 minutos e as crianças e adolescentes gostaram muito do filme e ficaram entusiasmados, pois é uma historia um grupo de crianças que são amigos e que desvendaram um mistério que salva o mundo.

No momento da despedida a coordenadora agradeceu a presença de todos e as crianças e adolescentes receberam ainda uma lembrancinha com doces e pipoca. As crianças agradeceram a equipe com um forte abraço o que deixou a equipe emocionada.

A sensibilidade da equipe do Cometa em relação às crianças da instituição de acolhimento também nos emocionou e nos levou a acreditar que ainda existam pessoas na sociedade que se preocupam com o semelhante.



Foto 07 – Visita a Cometa Center Car
Créditos: Daiane Sena
2018/2

Ao retornar para a instituição foi possível perceber que a curiosidade das crianças e adolescentes pelo trabalho foi despertada pois estes passaram a falar sobre o desejo de se inserir em uma empresa como menor aprendiz, estes ficaram entusiasmados principalmente os que estão com idade apropriada para tal função.

Enquanto estagiária de Serviço Social foi possível entender o quanto é fundamental que o governo articule políticas públicas voltadas aos adolescentes e jovens no período de preparação para o mercado de trabalho. Principalmente os adolescentes que se encontram em instituição de acolhimento necessitam de preparo não só para o trabalho, mas principalmente para assumir a vida em todos os sentidos fora da instituição. As políticas de inserção dos adolescentes em cursos e projetos são desencadeadoras de mudanças quando não apenas com cunho de ascensão política.

O campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, colocar o 'governo em ação' e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações, que produzirão resultados ou mudanças no mundo real (PEREIRA, 2009, p. 69).

As políticas voltadas ao trabalho vêm se modificando ao longo dos anos e ganhou força após 1990 quando regulamentaram os direitos e medidas de proteção ao trabalho. Após o ano de 2003 pelo menos três grandes programas direcionados a geração de trabalho e renda foram criados: o Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego para os Jovens (PNPE); o Projeto Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano; e o Programa Escola de Fábrica. Políticas e programas voltados aos jovens como a Política Nacional da Juventude em 2005 a criação da Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), o Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE) e o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM) lançado pelo presidente Lula em fevereiro de 2005. No início esses programas visavam um público específico que eram na faixa etária de dezesseis a vinte e quatro (16 a 24) anos.

Em 2007 estes programas passaram por um conjunto de mudanças que foram mobilizados por avaliações e resultados pouco significativos que culminaram em várias reformulações, inclusive na faixa etária do público alvo, que passou a ser de quinze a vinte nove (15 a 29) anos. Nesse sentido de expansão e integralização fez com que a Secretaria Nacional da Juventude partisse para o lançamento do novo Projovem (BRASIL, MEC, 2007).

As políticas públicas voltadas aos jovens tendem levar a uma qualificação profissional, porém não suficientes para que estes tenham acesso ao emprego. Entre as iniciativas mais recentes implantadas no Brasil encontra-se o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), criado pelo Governo Federal em 2011 no âmbito do Ministério da Educação (MEC) com interesse em ampliar as ofertas de cursos de educação profissional e tecnológica. Existem também cursos oferecidos nas escolas públicas tanto municipais quanto estaduais e federais gratuitos, nas unidades de ensino do SENAI, do SENAC, do SENAR e do SENAT, em instituições privadas de ensino superior e de educação profissional técnica de nível médio (BRASIL, MEC).

Observa-se que mesmo com as políticas públicas caminhando nas últimas décadas para avanços históricos, ainda não se pode afirmar que são políticas consistentes, permanecem em processo de consolidação. Um fato curioso no que se

refere a direito é que mesmo havendo mudanças consideráveis, ao olharmos o período que já se passara, estamos aquém do que deveríamos estar 28 anos atrás era promulgado o Estatuto da Criança e do Adolescente onde lhe conferia no seu ART. 4º,c) preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas; d) destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude(ECA. Lei Nº 8.069, de 13 de julho de 1990).

Na atualidade (2019) ocorreu um retrocesso em relação às políticas públicas, pois o atual governo traz uma visão distorcida em relação aos direitos sociais vem acabando com os programas e políticas públicas de inclusão aprovadas ao longo das últimas décadas com o governo popular.

A Instituição Adélia Francisca Santana por intermédio da equipe psicossocial trabalha com alguns programas que fortalecem a preparação dos adolescentes irão sair da instituição bem como o programa de aprendiz legal que possibilita a inserção do adolescente no mercado de trabalho, cursos oferecidos tanto na esfera federal quanto municipal ou em parcerias com empresas privadas como curso de informática, estética básica, pintura, educação financeira entre outros. Um programa que é muito utilizado pela instituição e que já é conhecido na cidade é o programa Apadrinhando uma história.

O projeto Apadrinhando uma História foi elaborado na cidade de Porto Velho pelas equipes do 2º. Juizado de Infância e Juventude, Serviço de Acolhimento Institucional – SAIN da Secretaria de Assistência Social e Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude do Ministério Público e Comissão Estadual Judiciária de Adoção. (Tribunal de Justiça RO).

O projeto tem o objetivo de proporcionar as crianças e adolescentes institucionalizados que estiver com vínculos familiares rompidos ou suspensos maiores e que sejam maiores de sete (7) anos a possibilidade de ter uma madrinha ou padrinho, o apadrinhamento é constituído de três modalidades: O prestador de serviço onde disponibiliza seu trabalho para uma criança ou para todas da instituição bem como apadrinha para acesso a; dentistas, cabeleireiro etc. A modalidade de Provedor que disponibiliza recurso financeiro ou material para uma criança ou todas

destinado a compra de materiais objetos pessoais entre outros e a modalidade de Padrinho Afetivo que tem interação direta com a criança e adolescente podendo acompanhar seu desenvolvimento escolar e pessoal, podendo visitá-lo e levar para passeios, entre outros.

Todas as modalidades do apadrinhamento contribuem no processo de preparação do adolescente para saída da instituição, porém a modalidade de padrinho afetivo é tratada de maneira especial, pois o vínculo afetivo auxilia na preparação pessoal e desenvolvimento da criança e do adolescente, o que aliado a sua preparação faz com que o adolescente conduza melhor seu convívio social e tenha uma referência pessoal não se sinta sozinho. Vale ressaltar que a convivência familiar e comunitária é garantida no Estatuto da Criança e Adolescente no art.4 como já citado no presente trabalho. O programa de apadrinhamento foi Incluído pela Lei nº 13.509, de 2017;

§ 1º O apadrinhamento consiste em estabelecer e proporcionar à criança e ao adolescente vínculos externos à instituição para fins de convivência familiar e comunitária e colaboração com o seu desenvolvimento nos aspectos social, moral, físico, cognitivo, educacional e financeiro. (Incluído pela Lei nº 13.509, de 2017).

A preparação carece ainda que esse desligamento do seja gradativo e fortalecido pela autonomia do adolescente, a capacitação profissional é um dos instrumentos utilizados com esses adolescentes e deve sempre estar ligado aos interesses de cada um, isto é o adolescente ser e ter voz ativa quanto ao que gostaria de fazer. Precisam ser respeitados seus sonhos e desejos em relação à busca pelo trabalho.

O desligamento não deve ser visto como um momento apenas, mas como resultado de um processo contínuo de desenvolvimento da autonomia. Particularmente no que diz respeito aos adolescentes, a preparação para o desligamento deve incluir o acesso a programas de qualificação profissional e inserção no mercado de trabalho, como aprendiz ou trabalhador – observadas as devidas limitações e determinações da lei nesse sentido. Sempre que possível, ainda, o serviço manterá parceria com programas de Repúblicas, utilizáveis como uma forma de transição entre o abrigo e a aquisição de autonomia e independência (CONANDA/CNAS, 2008, p.17).

O papel do Serviço Social está ligado à garantia dos direitos, na busca e fortalecimento das políticas públicas e no acompanhamento social dessas crianças e adolescentes. O profissional tem o compromisso de mediar para que as políticas

públicas e sociais sejam acessíveis aos adolescentes. Nesse sentido Mioto & Nogueira (2012) salientam que,

O trabalho desenvolvido pelos profissionais nas esferas de formulação, gestão e execução da política social é, indiscutivelmente, peça importante para o processo de institucionalização das políticas públicas, tanto para a afirmação da lógica da garantia dos direitos sociais, como para a consolidação do projeto ético-político da profissão. Portanto, o enfrentamento dos desafios nesta área torna-se uma questão fundamental para a legitimidade ética, teórica e técnica da profissão. (MIOTO & NOGUEIRA, 2012, p.65).

O desligamento institucional deve ser um processo gradativo, porém o medo, o despreparo e a insegurança levam os adolescentes a se martirizarem. Outro ponto que dificulta nesse processo nas instituições são as barreiras enfrentadas na parte técnica, a rotatividade de funcionários, a burocracia quanto aos trabalhos desenvolvidos e a falta de apoio quanto aos governos, pois na maioria das instituições há profissionais que propõem diversos projetos e se deparam com a falta de equipamento e apoio necessário como, por exemplo, a falta de locomoção.

A capacitação também é um ponto relevante, pois a instituição de acolhimento trata com casos extremamente delicados que requer habilidade e preparo qualificado em todas as esferas de serviços, desde cuidador a motoristas e equipe técnica, este preparo deve ser oferecido pelo estado e com frequência atualizado para que acompanhe as demandas que estão em constante mudança.

II. dispor de cuidadores / educadores com capacitação para a realização de acolhida afetuosa e segura de crianças e adolescentes em momentos de crise, particularmente vulnerabilizados; IV. dispor de profissionais qualificados, capazes de dialogar sensivelmente com crianças e adolescentes nesse momento que envolve ruptura, incerteza, insegurança e transição (CONANDA/CNAS, 2008, p.12).

Na instituição as crianças e adolescentes precisam de acolhimento responsável assim como também com uma equipe de profissionais que sejam capazes de melhor prepará-los para a vida fora da instituição principalmente nos primeiros anos que se constituem de adaptação ao mundo do trabalho e à sociedade de forma autônoma, isto é sem uma instituição responsável por eles.

Na instituição de acolhimento Adélia Francisca Santana a equipe é comprometida com os direitos das crianças e adolescentes, porém lhes faltam recursos para fazer além do que vêm fazendo no momento e por isso precisam cada vez mais de parcerias das mais diversas formas para.

Enquanto o acolhimento for necessário, é fundamental ofertar à criança e ao adolescente um ambiente e cuidados facilitadores do desenvolvimento, de modo a favorecer, dentre outros aspectos: I. Seu desenvolvimento integral; II. A superação de vivências de separação e violência; III. A apropriação e ressignificação de sua história de vida; e IV. O fortalecimento da cidadania, autonomia e a inserção social (CONAS & CONANDA, 2009, p.29).

Infelizmente na instituição de acolhimento Adélia Francisca há defasagem de funcionários e muitas vezes, quando se constrói vínculos logo troca de responsáveis e assim ocorre sofrimento principalmente por parte das crianças que se sentem mais uma vez abandonado.

Aqueles que tiverem vínculo de parentesco, não devem ser separados de seus familiares a não ser que estejam em situação de risco ou tenham sofrido alguma violência. Quando a criança permanece na instituição é pelo fato de não possuir algum parente capaz de cuidar ou então por algum outro fator de ordem alheia às competências profissionais de assistentes sociais e demais profissionais em reintegrá-las nas famílias. A convivência familiar lhes é assegurado na Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990;

Art. 19. É direito da criança e do adolescente ser criado e educado no seio de sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente que garanta seu desenvolvimento integral. (Redação dada pela Lei nº 13.257, de 2016).

Uma das questões que precisa ser constante é o fortalecimento de vínculos protetivos das famílias para que as crianças e adolescentes possam ser reintegrados aos seus lares que é o ideal e também o que reza o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como principal objetivo levantar as demandas da instituição de acolhimento em relação à preparação dos adolescentes para a saída da instituição de acolhimento. Para que essas demandas se manifestassem com maior clareza foi necessário o processo de observação e posteriormente pesquisa para apontar o perfil dos adolescentes em idade de deixar a instituição e assim pensar as ações interventivas.

No decorrer do tempo de acompanhamento na instituição e diálogo com os profissionais e adolescentes foi se ampliando a compreensão a cerca dos problemas tanto que a instituição enfrenta quanto os problemas que os adolescentes vivenciam pelo fato de não possuírem vínculos familiares fortalecidos e por ter que deixar a instituição ao completar a maioridade.

O que se aponta é que necessário se faz que haja união e fortalecimento ainda maior entre instituições públicas e sociedade civil bem como os profissionais que atuam na instituição de acolhimento Adélia Francisca para organizarem proposta a curto e longo prazo de melhor preparo dos adolescentes para o momento de deixarem a instituição, pois até o momento (2018/19) essas ações ainda são pontuais e não atendem por completo os adolescentes em idade de deixar a instituição a fim de sanar dúvidas e para que estes se sintam seguros quanto a nova etapa que terão que encarar fora da instituição.

A fragilidade das políticas públicas de preparo para o mercado de trabalho atrelada à falta de oportunidades de inserção dos adolescentes como aprendizes, além do frágil ensino público escolar relega a esses jovens institucionalizados um clima de incertezas e muitas vezes de fracasso quanto a encarar a vida adulta.

Portanto podemos afirmar que se torna imprescindível e urgente a busca pelo fortalecimento da política pública de educação de qualidade e atrelada a ela cursos técnicos voltados aos adolescentes institucionalizados visando proporcionar melhor segurança a esses no momento de deixar a instituição de acolhimento.

Como estagiária de Serviço Social o aprendizado junto à assistente social da instituição com certeza foi de extrema relevância, pois permitiu perceber o quanto é importante a instituição de acolhimento para as crianças que necessitam de ser institucionalizadas, mas percebeu-se também as contradições que permeiam a instituição e as relações familiares.

Como futura assistente social ocorreu ampliação do olhar em relação ao abrigo e ao processo de adoção, bem como quanto a necessidade de inferir novas ações voltadas aos adolescentes com a finalidade de auxiliar na inserção na sociedade no momento de ter que deixar a instituição.

Outro ponto relevante firmar como futura profissional o compromisso com o código de ética, e inserida no cotidiano institucional consegui detectar a importância da ética, e compromisso com o usuário e com questões sociais, para lutar contra todos os tipos de discriminação, rompendo o conservadorismo.

6.REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARO, S. **Visita Domiciliar**: Guia para uma abordagem complexa. Porto Alegre: Editora AGE, 2003.

AZEVEDO, M. M. de. **O Código Mello Mattos e seus Reflexos na Legislação Posterior**. Sem ano. Disponível em :http://www.tjrj.jus.br/documents/10136/30354/codigo_mello_mattos_seus_reflexos.pdf. acesso em 15/03/2019.

AZEVEDO, J. L. de. **A educação como política pública**. 3ª Ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

BAPTISTA, M. V. **Planejamento social**: intencionalidade e instrumentação. São Paulo: Veras Editora, 2002.

BARROS, A. J.; LEHFELD, N. S. **Fundamentos de metodologia**. São Paulo, McGraw-Hill, 1986.

BOCK, A. M. B. **A adolescência como construção social**: estudo sobre livros destinados a pais e educadores. Disponível em : <http://www.scielo.br/pdf/pee/v11n1/v11n1a07>, acesso em 03-05-2019.

BRASIL. MEC. **Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego: Pronatec**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/pronatec>. Acesso em: 25 mai. 2018.

BRASIL, **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990.

BRETAS, J. R. S. et al. **Os rituais de passagem segundo adolescentes**. Acta Paulista de Enfermagem, São Paulo, v. 21, n. 3, 2008. Disponível em:. Acesso em: 12 abr. 2013.

BRÊTAS, J. R. S. **A mudança corporal na adolescência**: a grande metamorfose. Temas Sobre Desenvolvimento, v. 12, n. 72, p. 29-38. 2004.

CAVALLARI, V. R. e ZACHARIAS, V. **Trabalhando com recreação**. 5 ed. São Paulo: Ícone, 2001.(p.14).

CERVO, A.L.; BERVIAN, P.A. **Metodologia Científica**. 4. ed. São Paulo: Makron Books, 1996. (p135-138)

CONSTITUIÇÃO (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988.

Congresso Nacional, projeto de Lei n.º 4.099, de 2015. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1425261.

Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, & Conselho Nacional de Assistência Social, **Orientações Técnicas para Serviços de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescente**, Brasil, 2008.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 1991.

Declaração Universal dos Direitos Humanos 1948.

ERICKSON, E. **Identidade, juventude e crise**. Rio de Janeiro: Zahar. 1976. On line.

FACHIN, O. **Fundamentos de metodologia**. São Paulo: Saraiva 2003.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

FURTER, P. **Educação e vida**. Petrópolis/Rio de Janeiro: Vozes. 1966. On Line.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

_____. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2009.

IAMAMOTO, M. V. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional!** Marilda Villela Iamamoto. - 3. ed. - São Paulo, Cortez, 2000.

LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. Marina de Andrade Marconi, Eva Maria LAKATOS. - 7. ed. - São Paulo: Atlas, 2010.

LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica..** - 5. ed. - São Paulo : Atlas 2003.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia do trabalho científico**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 1992.

LEWGOY, A. M. B & SILVEIRA E. M. C. **A entrevista no processo de trabalho do Assistente Social**. In: **Textos & Contextos**. Nº 8, Ano VI. Dezembro. Porto Alegre: PUC/RS, 2007.

MAGALHÃES, S. M. **Avaliação e Linguagem:** relatório, laudos e processos e pareceres, 2ª edição. São Paulo. ed: Veras, 2006.

MALVASI, P. A. & TRASSI M.L. **Violentamente pacíficos:** Desconstruindo a associação juventude e violência .São Paulo, Cortez 2010.

MARCÍLIO, M. L. **A roda dos expostos e a criança abandonada na história do Brasil: 1726-1950.** In: História social da infância no Brasil [S.l: s.n.], 2016.

MARTINS, N. R. M. **Os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor.** PDE Produções Didático-Pedagógicas. Versão on line http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2013/2013_uel_cien_pdp_norma_rogeria_moreno_martins.pdf.

MENDONÇA, M. O desafio da política de atendimento à infância e à adolescência na construção de políticas públicas equitativas [Suplemento]. Caderno de Saúde Pública, 18, 2002. (p.113-120). Disponível em : <http://www.scielo.br/pdf/%0D/csp/v18s0/13798.pdf>, acesso em 22.05.2018.

MEDEIROS, 2017 <https://www.blog.gesuas.com.br/a-instrumentalidade/>

Ministério do Trabalho e Emprego - MTE. **Políticas de Juventude.** Disponível em: <http://acesso.mte.gov.br/politicas_juventude/>. Acesso em: 25 mai. 2018.

MIOTO, R. C. T. **Política Social e Serviço Social: os desafios da intervenção profissional.** Florianópolis, v. 16, 2013. (p. 61-71).

OLIVEIRA, M. C. S. L. **Internet e educação:** uma análise das novas mediações nos processos de interação e construção de conhecimentos. Tese (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.

_____. **O adolescente como pessoa em desenvolvimento e a contemporaneidade.** Brasília: Ministério da Educação e Cultura, 2004.

OMS. **Saúde Reprodutiva de Adolescentes:** uma estratégia para ação. Genebra: Organização Mundial da Saúde, 1989.

PEREIRA, T. S. **Famílias possíveis: novos paradigmas na convivência familiar.** In: - PEREIRA, Rodrigo da Cunha. (coord.). Afeto, Ética Família e o Novo Código Civil, Belo Horizonte: Del Rey, 2004. (p.633 – 656. 685p.)

PEREIRA, P. A. P. **Discussões conceituais sobre política social como política pública e direito de cidadania.** In: BOSCHETTI, I.; BEHRING, E. R.; SANTOS, S. M. M.; MIOTO, R. C.T.(orgs). Política Social no Capitalismo: tendências contemporâneas. São Paulo: Cortez, 2009.

PEREIRA, T. S. **Famílias possíveis: novos paradigmas na convivência familiar.** In: - PEREIRA, Rodrigo da Cunha. (coord.). Afeto, Ética Família e o Novo Código Civil, Belo Horizonte: Del Rey, 2004.

PILOTTI, F.; RIZZINI, I. (Ed.). **A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil** [The art of governing children: the history of social policies, legislation and child welfare in Brazil]. Rio de Janeiro: Instituto Interamericano del Niño/CESPI/USU/AMAIS, 1995.

Rizzini, I. & Rizzini, I (2004). **A institucionalização de crianças no Brasil**: Percurso histórico e desafios do presente. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2004.

SPEROTTO, N. **Instrumentalidade do Serviço Social** / Neila Sperotto. – Porto Alegre: Imprensa Livre, 2009.

_____. **Subjetividade e conhecimento: do sujeito da representação ao sujeito dialógico**. Revista Fractal, v. 15, n. 2, p. 33-52, 2003.

KONDER, L. **O que é dialética**. 25ª edição. São Paulo, Editora Brasiliense, 1981.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.